



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Período: 01/04/2020 a 17/04/2020

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS – PPGCJ			
REGIME DE TELETRABALHO EM FACE À SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA, CONFORME PORTARIA Nº 90/GR/REITORIA/UFPB			
SERVIDORES DO SETOR	SIAPE	HORÁRIO DE TRABALHO	Coordenadora do Programa: PROF <sup>a</sup> . DR <sup>a</sup> . MARIA CREUSA DE ARAÚO BORGES
ANANDA BRITO NUNES DINIZ	2385417	13:00 - 19:00	
ROSANDRO BARROS DA SILVA SOUZA	1023010	07:00 - 13:00	
TALITA DE CASTRO SANTOS	1020360	13:00 - 19:00	
WLLY ANNIE FEITOSA BARBOSA	2385717	07:00 - 13:00	
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (TELETRABALHO)			
1	Atendimento a solicitações de discentes e docentes do PPGCJ, feitas por meio de aplicativo de mensagem e e-mail oficial do PPGCJ, como pedidos de prorrogação de defesa, mudança de orientação, esclarecimento de dúvidas quanto aos procedimentos internos da UFPB;		
2	Manuseio de sistemas integrados de gestão e de acompanhamento de processos administrativos;		
3	Elaboração de documentos de competência da coordenação do PPGCJ, como certidões, declarações, documentação de bancas de defesa;		
4	Preenchimento e manuseio da Plataforma Sucupira;		
5	Acompanhamento de Processos Seletivos		
6	Solicitação de compra de materiais e acompanhamento de entrega junto ao Almoxarifado Central		
7	Participação em reuniões com a Coordenação do Programa para deliberações acerca de metas e atividades a serem executadas pela equipe, através de aplicativo (Zoom e etc);		

8	Abertura, acompanhamento e instrução de processos administrativos que necessitem de deliberação da coordenação do PPGCJ, ou ainda em que esta configure como interessada;
9	Dar transparência às atividades do programa;
10	Análise e Organização dos processos administrativos.

<b>FERRAMENTAS AUXILIARES UTILIZADAS NO PERÍODO DE TELETRABALHO</b>	
1	Servidores utilizam acesso remoto ao SIPAC , SIGAA, SIGRH, SCDP, PLATAFORMA SUCUPIRA, PLATAFORMA CNPQ entre outras, considerando as determinações de segurança necessárias;
2	A comunicação entre os membros do setor é realizada de forma remoto através de grupo de mensagens instântneas, sob a supervisão e coordenação direta da chefia imediata - Coordenadora do PPGCJ/UFPB;
3	Arquivos e relatórios de acompanhamento necessários a informação são administradas via armazenamento em "nuvem" de forma a manter a integridade dos dados e acesso facilitados. Todos os membros da equipe têm acesso via Google Drive e e-mail.

<b>PRIORIDADE DA EQUIPE</b>
Operacionalizar de forma eficiente às atividades vinculadas à Coordenação do PPGCJ, principalmente no que tange à execução orçamentária e demais rotinas administrativas que possam ser realizadas de forma remota, procurando atender 100% da demanda de forma a dar continuidade ao bom andamento dos serviços, sobretudo no que diz respeito à <b>PLATAFORMA SUCUPIRA, REALIZAÇÃO DE BANCAS DE DEFESAS, PROCESSOS SELETIVOS, GESTÃO ORÇAMENTARIA E GESTÃO PROCESSUAL.</b>

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGCJ/CCJ/UFPB</b>	
SERVIDOR	ATIVIDADES
<p><b>Ananda Brito Nunes Diniz</b></p> <p><b>Siape: 2385417</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento a solicitações de discentes e docentes do PPGCJ, feitas por meio de aplicativo de mensagem e e-mail oficial do PPGCJ, como pedidos de prorrogação de defesa, mudança de orientação, esclarecimento de dúvidas quanto aos procedimentos internos da UFPB;</li> <li>• Manuseio de sistemas integrados de gestão e de acompanhamento de processos administrativos;</li> <li>• Realização de atividades que, por meio dos sistemas integrados de gestão, sejam de competência de coordenação do curso, tais como cadastro de discentes, matrícula, inscrições, dispensa de disciplinas, cadastramento de turmas a serem ofertadas, aproveitamento de horas complementares flexíveis, dentre outras atividades;</li> <li>• Abertura, acompanhamento e instrução de processos administrativos que necessitem de deliberação da</li> </ul>

	<p>coordenação do PPGCJ, ou ainda em que esta configure como interessada;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Elaboração de documentos de competência da coordenação do PPGCJ, como certidões, declarações, documentação de bancas de defesa;</li> <li>● Recebimento de documentos oficiais, como documentos para emissão de diploma, de realização de bancas de defesa;</li> <li>● Dar transparência às atividades do programa;</li> <li>● Secretariado de bancas de qualificação e defesas, com a organização, publicação e registro das sessões públicas realizadas;</li> <li>● Organização e processamento dos processos encaminhados ao Colegiado do PPGCJ, realizado mensalmente, sendo processados com o envio para o relator, recebimento dos pareceres, e juntada destes aos autos para posterior deliberação;</li> <li>● Assessoria dos professores disposição e organização do semestre 2020.1</li> </ul>
<p><b>Rosandro Barros da Silva Souza</b></p> <p><b>Siape: 1023010</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atendimento a solicitações de discentes e docentes do PPGCJ;</li> <li>● Transparência na concretização da assessoria da coordenação no acesso à informação dos usuários do PPGCJ</li> <li>● Manuseio de sistemas integrados de gestão e de acompanhamento de processos administrativos;</li> <li>● Realização de atividades que, por meio dos sistemas integrados de gestão, sejam de competência de coordenação do curso, tais como cadastro de discentes, matrícula, inscrições, dispensa de disciplinas, cadastramento de turmas a serem ofertadas, aproveitamento de horas complementares flexíveis, dentre outras atividades;</li> <li>● Abertura, acompanhamento e instrução de processos administrativos que necessitem de deliberação da coordenação do PPGCJ, ou ainda em que esta configure como interessada;</li> <li>● Elaboração de documentos de competência da coordenação do PPGCJ;</li> <li>● Elaboração de Edital para seleção;</li> <li>● Acompanhamento de Processo Seletivo;</li> <li>● Controle dos recursos destinados à Pós-graduação (PROAPE e Verbas suplementares advindas de GRUs);</li> <li>● Solicitação de compra de materiais e acompanhamento de entrega junto ao Almoxarifado Central;</li> <li>● Planejamento e acompanhamento da execução orçamentária financeira do PPGCJ;</li> <li>● Dar transparência às atividades do Programa.</li> </ul>
<p><b>Talita de Castro Santos</b></p> <p><b>Siape: 1020360</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise das demandas do programa e compatibilização com o planejamento estratégico setorial, alinhado com o PDI institucional;</li> <li>● Análise do Plano anual e elaboração do plano estratégico setorial alinhado com as demandas do PDI institucional;</li> <li>● Planejamento e acompanhamento da execução orçamentária financeira do PPGCJ;</li> <li>● Registro e envio de demandas de material e serviços à PRPG;</li> <li>● Acompanhamento de IRPs disponíveis;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atendimento das solicitações de discentes e docentes do PPGCJ;</li> <li>● Encaminhamento de solicitações;</li> <li>● Abertura e acompanhamento de processos administrativos;</li> <li>● Encaminhamento de concessão de passagens e diárias;</li> <li>● Prestação de contas;</li> <li>● Acompanhamento de solicitações via SCDP e SIPAC;</li> <li>● Execução e acompanhamento de processo de solicitação de diárias e passagens;</li> <li>● Preparação de documentos;</li> <li>● Acompanhamento de tramitação de processos;</li> <li>● Realização do processo de aquisição e materiais;</li> <li>● Suporte na construção de documentos de avaliação a serem inseridos na plataforma Sucupira;</li> <li>● Acompanhamento de processos referente a controle orçamentário via SCDP e SIPAC;</li> <li>● Acompanhamento de reuniões da PRPG para diligência interna;</li> <li>● Controle dos recursos do PPGCJ;</li> <li>● Organização documental em pastas específicas de documentos virtuais recebidos e enviados;</li> <li>● Elaboração periódica de relatórios de atividades;</li> <li>● Manuseio de sistemas integrados de gestão e de acompanhamento de processos administrativos;</li> <li>● Realização de atividades que, por meio dos sistemas integrados de gestão, sejam de competência de coordenação do curso, tais como SIPAC, SIGAA, SIGRH, SCDP;</li> <li>● Abertura, acompanhamento e instrução de processos administrativos que necessitem de deliberação da coordenação do PPGCJ, ou ainda em que esta configure como interessada;</li> <li>● Elaboração de documentos de competência da coordenação do PPGCJ;</li> <li>● Controle dos recursos destinados à Pós-graduação (PROAPE e Verbas suplementares advindas de GRUs);</li> <li>● Organização de documentos;</li> <li>● Solicitação de compra de materiais e acompanhamento de entrega junto ao Almoxarifado Central;</li> <li>● Participação de reuniões diárias com equipe de trabalho e periódicas com a chefia, realizadas em meio virtual;</li> <li>● Dar transparência às atividades do Programa.</li> </ul>
<p><b>Willy Annie Feitosa Barbosa</b></p> <p><b>Siape: 2385717</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atendimento de docentes e discentes por e-mail e whatsapp, inclusive em horários não “comerciais”, para sanar dúvidas e atender solicitações;</li> <li>● Elaboração da oferta de disciplinas para o semestre letivo 2020.1;</li> <li>● Indicação de todos os docentes do Programa aptos ao curso para realização de aulas on-line promovido pela PRPG;</li> <li>● Encaminhamento de solicitações;</li> <li>● Abertura e acompanhamento de processos administrativos;</li> <li>● Suporte na construção de documentos de avaliação a serem inseridos na plataforma Sucupira;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserção de 399 produções intelectuais, com dados referentes aos livros, capítulos de livros, artigos e demais formas de produção intelectual, referente apenas ao período de 2019, de docentes, discentes e egressos do Programa, na plataforma sucupira, com as respectivas associações a área de concentração, linha de pesquisa e projeto;</li> <li>● Inserção de trabalhos de conclusão, com informações pertinentes e exigidas pela plataforma sucupira;</li> <li>● Abertura, acompanhamento e instrução de processos administrativos que necessitem de deliberação da coordenação do PPGCJ, ou ainda em que esta configure como interessada;</li> <li>● Participação em reuniões com a Coordenação do Programa para deliberações acerca de metas e atividades a serem executadas pela equipe, através de aplicativo (Zoom e etc);</li> <li>● Reuniões diárias com os colegas do setor para divisão de tarefas e deliberações sobre possíveis dúvidas, via grupo de whatsapp;</li> <li>● Acompanhamento de processos e elaboração da pauta a ser discutida na reunião do Colegiado;</li> <li>● Reunião do Colegiado realizada por aplicativo (Zoom);</li> <li>● Envio de e-mails informativos aos docentes e discentes;</li> </ul>
--	---

**Para o adequado desempenho das atividades durante a vigência da PORTARIA Nº 090/GR/REITORIA/UFPB, dever-se-ão ser observados os seguintes pontos:**

- O atendimento às solicitações dos discentes e docentes do PPGCJ/UFPB é feito por meio do e-mail da coordenação, qual seja: [ppgcj.ufpb@gmail.com](mailto:ppgcj.ufpb@gmail.com) e também, excepcionalmente via whatsapp, sendo respondidas em tempo hábil, diariamente, a fim de não trazer prejuízo aos que ocasionalmente se configurem como interessados;
- A página do PPGCJ é [www.ccj.ufpb.br/pos](http://www.ccj.ufpb.br/pos), através da qual todas as informações do Programa são veiculadas para o público interno e externo;
- Em caso de não ser possível a solução das demandas dos discentes pelo e-mail institucional, procurar-se-á solucioná-las por meio de outro dispositivo de comunicação eletrônico, a fim de evitar, ao máximo, o contato físico e a quebra do isolamento social exigido pela atual conjuntura do país;
- É mantido contato regular entre os servidores desta coordenação e os responsáveis pelo setor por meio virtual e em caso de situação que exija a comunicação de forma mais dinâmica, a fim de solucionar demandas de caráter relevante da coordenação, são utilizados outros meios de comunicação eletrônico, como Skype, videoconferências, contatos telefônicos.
- São realizadas reuniões semanais, em ambiente virtual, para o estabelecimento de metas de trabalho, avaliação do trabalho que está sendo realizado pela equipe e resolução de questões complexas.

- O PPGCJ é um programa de pós-graduação que apresenta os cursos de mestrado de doutorado *stricto sensu* e apresenta atualmente a nota 04, trabalhando continuamente para que a nota seja elevada a 05, independente das condições adversas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

## **Infraestrutura Acadêmica e de Recursos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas/UFPB**

Com a missão de construir, produzir e difundir a ciência e a tecnologia no campo da pesquisa sociojurídica e formar recursos humanos com qualidade técnica e formação ampliada, com compromisso social e ético e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) busca, dentro das condições INFRAESTRUTURAIS ofertadas, se organizar com vistas a continuar exercendo seu papel na formação HUMANA de excelência e com responsabilidade social e na integração da universidade com a sociedade, a partir de sua participação no desenvolvimento regional, sem perder de vista os avanços em termos de internacionalização, com intenso diálogo transfronteiriço e com as Humanidades.

O PPGCJ conta com 145 alunos ativos, no ano de 2019, sendo 81 do Mestrado e 64 do Doutorado, sendo desses 10 alunos provenientes do DINTER com a Universidade Federal do Piauí (UFPI).

<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
25 Mestrado	30 Mestrado	81 Mestrado
10 Doutorado	15 Doutorado	64 Doutorado (Sendo 10 alunos do DINTER)

Alunos ativos no PPGCJ

É possível observar uma evolução na demanda dos alunos por meio dos números de inscritos nos processos seletivos em 2018 e 2019, conforme demonstrado:

<b>2018</b>	<b>2019</b>
113 Inscrições no Mestrado (Sendo 4 inscrições por cotas)	179 Inscrições no Mestrado (Sendo 17 inscrições por cotas)
60 Inscrições no Doutorado (Sendo 4 inscrições por cotas)	81 Inscrições no Doutorado (Sendo 6 inscrições por cotas)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

Inscrições realizadas nas seleções do PPGCJ

No recente Processo Seletivo de 2020, percebe-se, ainda, a alta demanda por ingresso com os seguintes números de inscritos:

<b>Quantidade de Inscrições homologadas no Processo Seletivo 2020</b>
169 Inscrições de Mestrado – Sendo 19 inscrições por cotas
72 Inscrições de Doutorado – Sendo 6 inscrições por cotas

Atualmente o PPGCJ tem 20 bolsas de mestrado, sendo 18 CAPES e 02 CNPq; e 08 alunos bolsistas no doutorado, 05 CAPES e 03 da FAPESQ, agência de fomento do estado da Paraíba.

O corpo docente do PPGCJ é composto por **35 professores**, sendo 27 permanentes e 8 colaboradores, todos com nível de capacitação mínima em doutorado. Dos 27 professores permanentes, **16 professores têm pós-doutorado** em universidades estrangeiras e nacionais (**a maior parte em universidades estrangeiras**). Isso significa dizer que **59% do corpo docente permanente com pós-doutorado, nível muito alto e sem precedentes**. A área de Direito, ainda, não produziu dados sobre a questão (sobre a matéria ver documentos da Área 26 de 2019). Desses 59% com pós-doutorado, **62% obtiveram a formação em universidades estrangeiras**. Universidades americanas, italianas, alemães, canadenses, portuguesas, francesas, mexicanas formaram essa equipe de expertises que são líderes de grupos de pesquisa do CNPq, membros de associações de pesquisa nacionais e internacionais, coordenadores e participantes de projetos de pesquisa em rede, de projetos de extensão e de monitoria, **professores da graduação e orientadores de iniciação científica**, impactando no campo da pesquisa jurídica e **articulando a pós-graduação com a graduação**. Segue abaixo a lista dos professores com pós-doutorado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

<b>Docentes Permanentes do PPGCJ com Pós-Doutorado</b>		
	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
1	Ana Luisa Celino Coutinho	Pós-doutorado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, Brasil
2	Ana Paula Basso	Pós-doutorado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, Brasil
3	Belinda Pereira da Cunha	Pós-doutorado CAPES Universidade Autônoma do México
4	Emmanuel Albert Maurice Berger	Pós-doutorado pela Institut d'études avancées de Paris, França
5	Enoque Feitosa Sobreira Filho	Pós-doutorado pela UFSC, Brasil
6	Fredys Orlando Sorto	Pós-doutorado pela USPO Itália
7	João Batista Moreira Pinto	Pós-doutorado - Université de Paris X – Nanterre, França
8	José Ernesto Pimentel Filho	Pós-doutorado pela UNIFOR e Pós Doutorado pela New York University
9	Leonam Baesso da Silva Liziero	Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
10	Lorena de Melo Freitas	Pós-doutorado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, Brasil
11	Luciano do Nascimento Silva	Pós-Doutor em Sociologia e Teoria do Direito no Centro di Studi sul Rischio dalla Facoltà di Giurisprudenza dell'Università del Salento - CSR-FG-UNISALENTO
12	Marcílio Toscano Franca Filho	Pós-Doutorado em Direito pelo Instituto Universitário Europeu (EUI, Florença, Itália)
13	Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa	Pós-doutorado em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

14	<u>Narbal de Marsillac Fontes</u>	Massachusetts Institute of Technology, MIT, Estados Unidos; Université Laval, ULaval, Canadá; University of Maryland at College Park, UMD, Estados Unidos.
15	Robson Antão de Medeiros	Pós-Doutorado FACULDADE DE DIREITO/UNIVERSIDADE DE COIMBRA, FDUC, Portugal.
16	Sven Peterke	Pós-Doutorado Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht, MPI, Alemanha.

Além da excepcional formação internacional e nacional dos professores do programa, há, ainda, quatro servidores de apoio da secretaria (sendo três com formação pós-graduada).

Visando fortalecer a contribuição do PPGCJ para a sociedade, esforços foram empreendidos, inclusive em termos de **modernização da gestão e das condições de infraestrutura**, como a manutenção de sala informatizada com o objetivo de ancorar os trabalhos desenvolvidos no programa, contando com quadro interativo Quadri Line, computador, projetor de imagem, mesa de som com equalizador e microfone na Sala Multimídia do CCJ. Além de dispor de salas de aula equipadas com projetor de imagem e televisão para acesso VGA E HDMI, além de CPUs, também, dispostos nas salas de aula.

Em se tratando de **infraestrutura física**, o prédio do CCJ dispõe de:

- 13 salas de aula com quadro branco e tela de projeção de imagens, bem como todas com projetor de imagens e rede wi-fi.
- 01 Auditório
- 01 Biblioteca Setorial – 01 **Biblioteca de Referência Capes**.
- 01 Sala de Multimídia



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

- 01 Laboratório de Informática Jurídica.

### **Recursos de Informática**

A UFPB dispõe de um sistema integrado de gestão que possibilita maior integração informacional, agilidade e transparência acerca das solicitações da e para a comunidade acadêmica.

- **SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos**

Oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio da instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição - material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem (para os decentes internos e externos) material informacional, manutenção de infraestrutura - até o controle do orçamento distribuído internamente. No SIPAC, cada unidade administrativa possui seu orçamento e a autorização de qualquer despesa, por unidade, deverá ocorrer, previamente, neste sistema, antes mesmo de ser executada no SIAFI. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitações, boletins de serviços, liquidação de despesa, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do *campus*, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e gastos com veículos, memorandos eletrônicos, tramitação de processos dentre outras funcionalidades. Por tudo isso, esse sistema representa grande avanço para a gestão do programa, uma vez que permite o controle refinado dos procedimentos administrativos, os vinculados, inclusive, ao orçamento distribuído no âmbito interno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

- **SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**

Informatiza os procedimentos da área acadêmica por intermédio dos módulos de: graduação, pós-graduação, ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do SIPAC também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino à distância, coordenações *lato-sensu*, *stricto-sensu* e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).

- **SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos**

O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos *on-line*, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de Recursos Humanos, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

**Acervo Acadêmico**

Alunos, professores e corpo técnico administrativo do PPGCJ dispõem de acesso amplo para pesquisa acadêmica, na Biblioteca Setorial, na Biblioteca de Referência CAPES do PROGRAMA, e demais bibliotecas do sistema de bibliotecas da UFPB, com o seguinte acervo bibliográfico:

- Acervo Impresso: 10.478 Títulos e 17.903 exemplares;
- Periódicos: 15 títulos impressos e 314 exemplares impressos;
- Acesso livre a 45mil publicações de Periódicos CAPES;
- Acesso ao Acervo impresso da Biblioteca Central: 86.811 Títulos e 228.448 Exemplares;
- Acesso aos Periódicos da Biblioteca Central: 5.750 Títulos impressos e 212.025 exemplares impressos;
- Acesso ao acervo impresso do Núcleo de Direitos Humanos: 3.646 Títulos e 4.380 Exemplares;

O Acervo Bibliográfico virtual e base de dados do sistema de bibliotecas/UFPB dispõem do seguinte número de títulos à disposição para livre pesquisa ao corpo discente, docentes e técnicos do PPGCJ. O acervo em formato eletrônico está disponível por meio de bibliotecas digitais ou portais de pesquisa de grandes editoras contratadas pela Biblioteca Central e disponibilizadas para atender às demandas informacionais de toda comunidade acadêmica. Na UFPB, em 2018, se contabilizou uma base de dados de 275.005, disposta na seguinte distribuição:

<b>BASE</b>	<b>Nº DE TÍTULOS</b>
Proquest Ebook Central	256.700
Base de dados jurídica vLex	1.300
E-volution	805
Pearson	6.500
Target GEDWeb	300
Minha Biblioteca	9.400

O Sistema de Bibliotecas da UFPB oferece diversos serviços que podem ser utilizados por discentes do PPGCJ, tais como:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Ambiente de estudo com rede *wi-fi* “UFPB Sem Fios”
- Empréstimo do acervo documental aos usuários que possuem vínculo institucional
- Elaboração de ficha catalográfica para teses e dissertações
- Acesso aos conteúdos dos portais de pesquisa e portal de periódicos CAPES forma do ambiente de rede da UFPB;
- Acesso a todas as bases digitais disponíveis através dos portais de pesquisa e/ou no seu perfil institucional

O PPGCJ conta com acesso ao sistema de Bibliotecas, no qual consta a Biblioteca Setorial do CCJ, com consulta, empréstimo de livros e espaço de estudo informatizado; a Biblioteca de Referência Capes do PPGCJ, com consulta aos títulos e espaço de estudos informatizado e a Biblioteca Central do Campus I da UFPB com seus diversos recursos, que oferece livre acesso para consultas às obras, empréstimo domiciliar e auditório. Levando em consideração a interdisciplinaridade presente nos estudos de pós-graduação *Stricto Sensu*, é possível contar como base de pesquisa os acervos das Bibliotecas setoriais dos demais centros acadêmicos do Campus I da UFPB, em especial os cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, com os cursos de Relações internacionais e Gestão Pública e o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, com Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH).

Os usuários (discentes, docentes e técnicos administrativos da UFPB) têm acesso à pesquisa bibliográfica por título, autor, assunto e outros índices nos computadores existentes na biblioteca ou pela internet.

Além do acervo físico de livros, dissertações, teses, periódicos e multimeios, também são disponibilizados por intermédio do acesso a portais de periódicos *on-line* e bases de e-book que podem ser acessados por meio de *site* para usuários cadastrados no SIGAA. Todos os discentes do PPGCJ possuem cadastro no SIGAA.

A sessão de periódicos conta com acesso ao sistema COMUT e a BTDT (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), além de oferecer orientação à utilização das NBrS, com normas ABNT impressas ou pela base de dados Target GEDWeb. Podendo ser acessados em rede interna da UFPB ou fora do ambiente de rede da UFPB por meio do Firefox UFPB e seu login do SIGAA.

Dentre os portais de pesquisa de periódicos que o PPGCJ tem acesso estão:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

- **Portal de Periódicos da CAPES**, biblioteca virtual que disponibiliza os periódicos da produção científica internacional;
- **vLEx**, base de dados jurídica que integra livros, periódicos e revistas de todo o mundo com o texto completo, e, também, legislação e jurisprudência atualizadas de mais de 100 países. No qual a UFPB, em 2018, investiu R\$2.144.015,24 para renovação e aquisição de banco de dados, especificamente ao PPGCJ, cabe a base de dados vLex (A), que conta com 1.300 títulos, contratado por triênio pelo valor de R\$49.780,00.
- **Portal de Periódicos Científicos da UFPB**, disponibiliza os periódicos elaborados ou gerenciados pelos pesquisadores da UFPB;
- **Portal de Domínio Público**, ambiente virtual que permite a coleta, integração, preservação e compartilhamento de conhecimentos;
- **Portal EduCapes**, compila conteúdos educacionais abertos e disponibiliza através do repositório de objetos de aprendizagem material dos cursos do sistema UAB;
- **Dot.lib**, que disponibiliza acesso a base de livros digitais Atheneu;
- **Minha Biblioteca**, que é uma base de livros eletrônicos do acervo da UFPB, em português, com milhares de títulos acadêmicos;
- **Ebook Central (EBC)**, biblioteca digital com 238.183 ebooks disponíveis para acesso;
- **Research Library**, portal de periódicos da ProQuest, com coleção de 6.400 títulos disponíveis;
- **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**, integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de pesquisa brasileiras;
- **Biblioteca Virtual de Apoio à aprendizagem da Unidade de Educação à Distância da UFPB**;
- **Repositório Eletrônico Institucional da UFPB**.

Em observação às necessidades atuais, no PPGCJ, em contribuição com a projeção de trabalhos de pós-graduação estimada no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB, o PPGCJ solicita, apenas, a versão digital dos trabalhos concluídos por discentes do programa, assegurando a inclusão de 100% das Teses e Dissertações dos egressos.

Uma vez que se dispõe da versão digital de teses e dissertações, o PPGCJ mantém suas publicações disponíveis em acervo digital, assegurando que o acervo acadêmico seja



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

mantido permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, que tenha fácil acesso e pronta consulta, bem como assegurar que o acervo acadêmico possa ser averiguado a qualquer tempo pelos órgãos e agentes públicos, para fins de regulação, avaliação, supervisão e nas ações de monitoramento.

Com o acervo acadêmico, oriundo da digitalização de documentos ou dos documentos nato-digitais controlados pelos sistemas SIGAA e SIPAC, utilizados na UFPB. Assegurando maior transparência e agilidade na busca das informações acerca do PPGCJ.

A Biblioteca Setorial do CCJ, em 2018, conta como Acervo impresso de 10.478 livros e 17.903 exemplares; de periódicos, há na mesma 15 Títulos impressos e 314 exemplares impressos; além de dispor dos 45mil publicações de títulos eletrônicos - periódicos CAPES.

Conta ainda com Acervo do Repositório Institucional UFPB com 178 Dissertações e Teses, contabilizados em 2018. Bem como também do acervo impresso da Biblioteca Setorial do CCSA, com 9.307 Títulos e 15.743 Exemplares; e da Biblioteca Setorial do CCHLA, com acervo impresso de 4.632 Títulos e 10.548 Exemplares disponíveis para consulta.

### **Acessibilidade**

O PPGCJ, para fins de concretizar o disposto na normativa sobre acessibilidade e inclusão educacional, abre regularmente seleção para novos alunos com a inclusão de cotas étnico-raciais e para deficientes em sua seleção anual. Promovendo a inclusão educativa com vistas à efetivação do acesso e permanência do aluno do programa. Contando com 8 solicitações de cotistas no ano de 2018, 23 no ano de 2019 e 25 solicitações de cotistas no ano de 2020.

Para dar suporte aos discentes, conta com o aporte do Núcleo de Educação Especial da UFPB – NEDESP, responsável pela adaptação, transcrição e revisão de textos e obras acadêmicas de tinta para o sistema *Braille* - e vice-versa. Usa de recursos manuais a tecnologias assistivas, como softwares de reconhecimento de texto, scanner leitor,



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

ledores de tela e impressoras Braille. Atualmente, atende 26 alunos cegos, surdocegos e de baixa visão matriculados no *campus* I da UFPB, em João Pessoa, nos diversos cursos de graduação e pós-graduação. O NEDESP, também, promove cursos de extensão e capacitação voltados para servidores, estudantes e pessoas de fora da universidade no intuito de facilitar o reconhecimento da aproximação com o universo da deficiência visual em várias abordagens.

A Biblioteca Central (BC) do *Campus* I da UFPB, onde se localiza o PPGCJ, conta com a Seção de Inclusão de Usuários com Necessidades Especiais (SIUNE), está localizada no térreo da BC, próxima à Seção de Referência (SRE). A missão da SIUNE é atender aos usuários deficientes da comunidade em geral. A Seção de Inclusão de Usuários com Necessidades Especiais dispõe de um computador com dois leitores de tela (*Dosvox* e NVDA), uma impressora *braille* e um *scanner* leitor Sara.

No cenário que se encontram as instituições públicas e suas condições estruturais vigentes, o PPGCJ vem desenvolvendo seu papel acadêmico e social, contribuindo com o cumprimento da missão institucional da UFPB de gerar e difundir conhecimento e contribuição para construção de uma sociedade mais justa. Exercendo papel de destaque como uma universidade pública de referência, gerando novas descobertas e consolidando o conhecimento nas áreas de atuação específicas com proposta de inclusão educativa.

### **Gestão para o Futuro**

No tocante à Gestão Administrativa, em busca constante da desburocratização, a eficiência e a eficácia dos processos e procedimentos representam o tripé do desenvolvimento administrativo necessário para atender aos anseios da comunidade interna e externa do PPGCJ. As diretrizes para a política na área de gestão administrativa têm o desafio de agregar todos esses conceitos de forma sistêmica, aperfeiçoando o sistema de gestão de informações e comunicação com a melhor utilização de todos os recursos que dispõe a fim de obter maior agilidade e transparência; modernizando a infraestrutura de equipamentos nos setores administrativos por meio da compra de computadores e notebooks novos para fins administrativos pela Coordenação do PPGCJ e educacionais em sala de aula; melhoria da equipe de trabalho, com ampliação do quadro



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

(mais um servidor na unidade) e elevado nível de qualificação (atualmente com 01 servidor com título de mestre em educação e 02 servidores cursando mestrado *stricto sensu* na UFPB); padronizando processos administrativos com a criação de manuais de trabalho (iniciado em 2018 e com finalização prevista para 2020).

O PPGCJ, conforme as diretrizes da CAPES, da CGU e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPB, está trabalhando em seu plano setorial de desenvolvimento estratégico, com vistas a operacionalizar as diretrizes que orientam as ações referentes à melhor gestão de seus recursos e ampliação da eficiência. A crescente necessidade de otimização dos recursos, além do constante aprimoramento dos processos de trabalho exigem da administração superior e dos demais gestores, a implantação de práticas eficazes de planejamento. Nesse sentido, o plano estratégico ora apresentado, será um importante instrumento de referência das ações na UFPB, atendendo às necessidades identificadas pela comunidade universitária, proporcionando desenvolvimento da gestão na instituição, e por consequência, melhor prestação das suas atividades fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

O referido trabalho busca atingir os objetivos da Pós-graduação *stricto sensu* na UFPB, quais sejam:

Fortalecer a formação de recursos humanos de pós-graduação para a sociedade por intermédio de: i) incentivo a doutorados-sanduíche. ii) incentivo à produção de teses, dissertações e outras publicações em língua estrangeira. iii) incentivo à participação de alunos de pós-graduação nos projetos de integração com universidades estrangeiras (pesquisa, seminários, atividades letivas, estágios). iv) implantação de programas bem orquestrados de professores visitantes estrangeiros, incluindo a sua participação em disciplinas e seminários. c) fortalecer os procedimentos de avaliação, visando o estabelecimento de uma política acadêmica voltada para a qualidade, com as seguintes práticas: i) avaliação semestral das disciplinas de pós-graduação e dos cursos oferecidos. ii) implantação de procedimentos sistemáticos de acompanhamento dos egressos, por intermédio da comissão de egressos do PPGCJ, constituída por professores e alunos.

Diante do apresentado, pretende-se alinhar as ações com as diretrizes estabelecidas no PDI, com o Plano Nacional de Pós-Graduação e Plano Nacional. Desmembrando tais informações em ações táticas e operacionais que possibilitem a construção eficaz do documento pretendido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

<b>Perspectiva</b>	<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Indicadores/ Metas</b>	<b>Ação</b>
<b>Orçamento</b>	<b>Ampliar a captação de recursos externos/financiamento externo</b>	Número de projetos, parcerias, convênios e instrumentos congêneres com Instituições Nacionais e Internacionais que gerem recursos/ Ampliar em 50% as parcerias externas nacionais e internacionais que gerem recursos.	- Buscar recursos financeiros em programas de cooperação e apoio à internacionalização e em editais da CAPES.
<b>Recursos humanos</b>	<b>Formar os servidores em áreas estratégicas.</b>	Taxa de Qualificação dos servidores/ Aumentar em 10% o percentual de técnicos administrativos com doutorado; Aumentar em 20% o percentual de técnicos administrativos com mestrado.	- Inscrever o PPGCJ para inserção de vagas PQI.
	<b>Dimensionar, estruturar e otimizar o quadro de servidores</b>		
<b>Infraestrutura</b>	<b>Continuar a modernização e adequação da infraestrutura física</b>	Alinhar 100% dos gastos orçamentários anuais aos objetivos estratégicos do PDI Institucional.	- Realizar plano estratégico setorial
<b>Tecnologia da Informação</b>	<b>Ampliar e adequar a infraestrutura de TI</b>		- Atendimento das demandas da secretaria e coordenação do PPGCJ por meio eletrônico, assegurando maior eficiência na gestão acadêmica e administrativa, garantindo o



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

			conjunto de recursos necessários à qualidade no cumprimento das atividades da instituição.
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>Mapear e padronizar o fluxo dos processos internos.</b>	Taxa de Unidades com Plano Anual Setorial alinhado ao PDI  - Alinhar 100% das contratações e aquisições anuais aos objetivos estratégicos do PDI institucional;  - Continuar o planejamento e implantação do projeto de autoavaliação dos cursos do PPGCJ	- Criação e desenvolvimento do presente documento, bem como sua continuidade e acompanhamento anuais até 2023;  - Criar o manual de procedimentos do PPGCJ;  - Realizar pesquisa de opinião e avaliação anual
	<b>Adotar boas práticas de governança pública.</b>		Práticas de mecanismos de liderança, estratégia e controle para a avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão, pautados nos princípios da integridade, responsabilidade, compromisso e transparência, incluindo a disponibilização de dados e informações em formato eletrônico e aberto em conformidade às legislações de acesso à informação e dados abertos do governo.
	<b>Aprimorar a comunicação institucional interna e externa.</b>		Assegurar 100% da utilização dos recursos do sistema Sig para comunicação entre docentes, discentes e Programa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

	<b>Garantir boas práticas da gestão ambiental.</b>		Revisão e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável, além da promoção de programas e campanhas de educação ambiental.
<b>Gestão Acadêmica</b>	<b>Fortalecer o desempenho acadêmico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Taxa de avaliação/ Aumentar um ponto a cada avaliação quadrienal da Capes (Atualmente em 4);</li><li>- Número de Publicações/ Ampliar em 20% o número de publicações do programa na Editora universitária;</li><li>- Número de Artigos publicados em periódicos indexados/ Aumentar em 20% a Produção Científica em periódicos com fator de impacto; Aumentar em 30% a produção de artigos em periódicos classificados nos dois estratos superiores do Qualis;</li><li>- Taxa de internacionalização da Produção Científica/ Aumentar em 30% a taxa de internacionalização da produção científica.</li></ul>	Gerenciamento de políticas institucionais para ampliar a melhoria do acesso, permanência, conclusão e diplomação dos estudantes, bem como o desenvolvimento de ações e investimentos com vistas à consolidação de programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

		<p>- Taxa de Publicações Técnico-científicas em coautoria com Pesquisadores de Instituições Internacionais/ Aumentar em 35% a produção científica da UFPB em coautoria com pesquisadores de instituições internacionais; Aumentar em 15% a média do fator de impacto das citações de pesquisadores da UFPB em artigos internacionais.</p> <p>- Número de bolsas de mobilidade/ Aumentar em 50% o número de bolsas de mobilidade; Aumentar em 20% o número de convênios com instituições estrangeiras;</p>	
	<p><b>Integrar o projeto pedagógico às necessidades e perspectivas da sociedade e do mundo do trabalho.</b></p>		<p>Atualização do projeto pedagógico dos cursos de graduação, avaliando as necessidades de inclusões e/ou alterações de componentes curriculares, modernizando os processos de ensino e aprendizagem adequando-os às transformações sociais.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

	Incentivar a produção acadêmica e a inovação científica e tecnológica.		Fortalecimento das atividades de pesquisa e de inovação de modo a ampliar a produção acadêmica e tecnológica, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido na Universidade.
	Consolidar e ampliar as ações de internacionalização.		Desenvolvimento de ações para o ensino, pesquisa e extensão, com vistas a fortalecer o processo de internacionalização da Universidade, tornando-a partícipe da produção global de conhecimento, através de intercâmbios acadêmicos, parcerias com centros de pesquisa, órgãos de fomento, agências internacionais, dentre outros.
	Consolidar e ampliar as políticas de assistência estudantil e inclusão social.		Gerenciamento dos recursos e ações voltados à assistência estudantil, de modo a fortalecer os programas de assistência e acessibilidade, estimulando a permanência, a inclusão social e a formação acadêmica.
<b>Sociedade</b>	Melhorar os indicadores de desempenho institucional.	Taxa de Programas de Pós-Graduação com Avanço na Avaliação da CAPES/ Ampliar em 30% a taxa de Programas de Pós-Graduação com avanço na avaliação da CAPES.	Desenvolvimento de ações institucionais direcionadas para a melhoria dos indicadores acadêmicos, científicos, tecnológicos e de gestão, com vistas a atender as necessidades da sociedade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

	Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade.		Produção e difusão do conhecimento e da inovação promovendo avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais nas diversas esferas da sociedade.
--	---	--	--

## **Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ, UFPB): docentes, formação, número de titulados, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, projetos de pesquisa e integração com a graduação**

O corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) constitui um verdadeiro patrimônio intelectual e acadêmico que impacta no campo da pesquisa jurídica nacional e internacional. No estado da Paraíba, não há dúvidas de que a formação acadêmica da equipe dos professores do programa é reconhecida pela sua qualificação. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é referência com seus projetos de pesquisa, extensão e ensino de qualidade. A formação de recursos humanos que se obtém na UFPB é destacada e reconhecida socialmente. Nesse sentido, o corpo docente do PPGCJ é composto por **35 professores**, sendo **27 permanentes e 8 colaboradores**. Isso significa que **77,14% dos professores do programa são permanentes**. Ou seja, **dentro da média nacional**, que é 78,7%. Todos com nível de capacitação mínima em doutorado.

Dos 27 professores permanentes, **16 professores têm pós-doutorado** em universidades estrangeiras e nacionais (**a maior parte em universidades estrangeiras**). Isso significa dizer que **59% do corpo docente permanente com pós-doutorado, nível muito alto e sem precedentes**. A área de Direito, ainda, não produziu dados sobre a questão (sobre a matéria ver documentos da Área 26 de 2019). Desses 59% com pós-doutorado, **62% obtiveram a formação em universidades estrangeiras**. Universidades americanas, italianas, alemãs, canadenses, portuguesas, francesas, mexicanas formaram essa equipe de expertises que são líderes de grupos de pesquisa do CNPq, membros de associações de pesquisa nacionais e internacionais, coordenadores e participantes de projetos de pesquisa em rede, de projetos de extensão e de monitoria, **professores da graduação e orientadores de iniciação científica**, impactando no campo da pesquisa jurídica e **articulando a pós-graduação com a graduação**. Segue abaixo a lista dos professores com pós-doutorado.

<b>Docentes Permanentes do PPGCJ com Pós-Doutorado</b>		
	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
1	Ana Luisa Celino Coutinho	Pós-doutorado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, Brasil
2	Ana Paula Basso	Pós-doutorado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, Brasil
3	Belinda Pereira da Cunha	Pós-doutorado CAPES Universidade Autônoma do México
4	Emmanuel Albert Maurice Berger	Pós-doutorado pela Institut d'études avancées de Paris, França
5	Enoque Feitosa Sobreira Filho	Pós-doutorado pela UFSC, Brasil
6	Fredys Orlando Sorto	Pós-doutorado pela USPO Itália
7	João Batista Moreira Pinto	Pós-doutorado - Université de Paris X – Nanterre, França
8	José Ernesto Pimentel Filho	Pós-doutorado pela UNIFOR e Pós Doutorado pela New York University
9	Leonam Baesso da Silva Liziero	Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
10	Lorena de Melo Freitas	Pós-doutorado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, Brasil
11	Luciano do	Pós-Doutor em Sociologia e Teoria do Direito no Centro di Studi

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

	Nascimento Silva	suRischiiodallaFacoltàdiGiurisprudenzadell`UniversitàdelSalento - CSR-FG-UNISALENTO
12	Marcílio Toscano franca Filho	Pós-Doutorado em Direito pelo Instituto Universitário Europeu (EUI, Florença, Itália)
13	Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa	Pós-doutorado em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC
14	<u>Narbal de Marsillac Fontes</u>	Massachusetts Institute of Technology, MIT, Estados Unidos; UniversitéLaval, ULaval, Canadá; University of Maryland at College Park, UMD, Estados Unidos.
15	Robson Antão de Medeiros	Pós-Doutorado FACULDADE DE DIREITO/UNIVERSIDADE DE COIMBRA, FDUC, Portugal.
16	Sven Peterke	Pós-Doutorado Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht, MPI, Alemanha.

Além da excepcional formação internacional e nacional dos professores permanentes do programa, há, ainda, a formação excepcional do corpo de colaboradores. Dos oito professores colaboradores, dois têm pós-doutorado em **universidades estrangeiras**. O professor doutor Pedro Parini tem Pós-Doutorado pela **Università di Bologna, UNIBO, Itália**. **Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil, em Teoria do Direito.** O professor doutor Eduardo Rabenhorst tem Pós-Doutorado pela **Aix-Marseille Université, AMU, França**. **Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Área: Ciências Sociais Aplicadas.**

Dos 27 professores permanentes do programa, **23 estão vinculados ao regime de trabalho dedicação exclusiva**. Isso significa um percentual de **85,18%**, **bem acima da média nacional**, que é de 65%. Isso constitui um dos indicadores de qualidade e de **melhor condição de exercício da docência e da pesquisa universitárias** em consonância com as orientações da área (sobre a matéria ver documentos da Área 26 de 2019). O restante do corpo permanente está vinculado pelo regime de trabalho T40.

No tocante à **relação entre o número de docentes por discentes matriculados**, o PPGCJ tem hoje **setenta alunos de mestrado e cinquenta e nove de doutorado**, totalizando cento e vinte e nove alunos. Com 27 professores permanentes, significa **a relação de 4,7 alunos por professor**.

De **2015 a 2019**, foram **titulados** 139 (cento e trinta e nove) discentes de mestrado e 49 (quarenta e nove) discentes de doutorado, incluindo **9 discentes do DINTER/UFPI**. No total, foram **188 (cento e oitenta e oito) titulações**. Significa uma relação de aproximadamente **7 (sete) titulados por docente permanente**, representando um forte impacto do programa na formação de recursos humanos de alto nível, uma meta do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011-2020) /CAPES.

**Uma dessas titulações foi em regime de dupla titulação**, a do egresso Dinaldo Barbosa da Silva Júnior, o qual obteve a **dupla titulação em 12 de setembro de 2017** com a **UNIVERSITAT DE VALÈNCIA, INSTITUT DE DRETS HUMANS, PROGRAMA DE DOCTORADO EN DERECHOS HUMANOS, DEMOCRACIA Y JUSTICIA INTERNACIONAL**, Espanha, sob a orientação, no PPGCJ, do prof. Dr. Rômulo Palitot e, na Espanha, da profa. Dra. **VICENTA CERVELLÓ DONDERIS**, Titular de Derecho Penal del Dpto. de Derecho Penal de la Universidad de Valencia (ESPAÑA). O título da tese: **LOS DERECHOS HUMANOS Y EL RÉGIMEN ABIERTO EN BRASIL: PROPUESTAS PARA EL ESTADO DE AMAPÁ**.

Destaca-se que o **PPGCJ constitui o único programa de Direito do estado da Paraíba com oferta de Doutorado**, formando recursos humanos para a **inserção na docência superior nos cursos de Direito** das instituições públicas e privadas. Alguns egressos ingressaram em programas de doutorado **em outras IES** e outros **vieram de outras regiões**. Esse é um critério importante de **exogenia** a ser descrito em documento próprio sobre **acompanhamento de egressos**.

**Os professores permanentes do programa** atuam na graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e no curso de Relações Internacionais da UFPB. **Todos atuam na graduação**, à exceção da profa. Dra. Maria Luiza Pereira Alencar Mayer Feitosa que exerce, atualmente, o cargo de Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFPB, desenvolvendo atividades acadêmicas transfronteiriças por intermédio do **Consórcio Latinoamericano de Direitos Humanos, com produção intelectual em rede. É bolsista produtividade em pesquisa CNPq, nível 2.**

Os professores permanentes **articulam a pós-graduação com a graduação** por intermédio das seguintes ações: liderança e participação em grupos de pesquisa CNPq; projetos de extensão; projetos de pesquisa com financiamento institucional (PIBIC/PIVIC), redes de pesquisa e projetos de monitoria.

São **dezessete grupos de pesquisa** registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq, **liderados por professores do PPGCJ**. Desses grupos participam **alunos de graduação, pós-graduação, professores do programa e externos**. A lista dos grupos está disponível no *site* do programa <http://www.ccj.ufpb.br/pos/contents/menu/ppgcj/grupos-de-pesquisas> e no Diretório CNPQ <http://dgp.cnpq.br/dgp/>. São eles:

- 01 - Análise de Estruturas de Violência e Direito - Líder: Sven Peterke e Robson Antão de Medeiros
- 02 - Biotecnologia, Biodireito e Meio Ambiente em Direitos Humanos – Líder: Belinda Pereira da Cunha e Robson Antão de Medeiros
- 03 - Direito da Cidade e do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Líder: Talden Queiroz Farias
- 04- Direito Internacional ao Desenvolvimento e Cidadania – Líder: Fredys Orlando Sorto
- 05 - Estudos e Saberes Ambientais-Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidades e Direitos – Líder: Belinda Pereira da Cunha
- 06 - Filosofia do Direito e Pensamento Político – Líder: Newton de Oliveira Lima
- 07 – Educação, Direito e Sociedade - Líder: Maria Creusa de Araújo Borges
- 08 - Justiça & Política - Líder: Gustavo Rabay Guerra
- 09 - Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade (LABIRINT) - Líder: Marcílio Toscano Franca Filho e Gustavo Rabay Guerra

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

- 10 - Marxismo e Filosofia da Práxis – Líder: Enoque Feitosa Sobreira Filho
- 11 - Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa em Direito e Sociedade na América Latina – Líder: Fernando Joaquim Ferreira Maia
- 12 - NUPOD-Núcleo para Pesquisa dos Observadores do Direito - Líder: Luciano do Nascimento Silva
- 13 - Perspectivas e novos desafios de humanização do Direito Civil-Constitucional – Líder: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
- 14 - Realismo Jurídico – Líder: Lorena de Melo Freitas
- 15 - História do Direito e Constitucionalismo – Líder: José Ernesto Pimentel Filho
- 16 - Trabalho e Desenvolvimento: Influxos e Dissensões – Líder: Maria Aurea Baroni Cecato
- 17 - TEORIAS DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITO E SOCIEDADE: genealogia e prospectivas do pensamento jurídico - Líder: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa.

Os grupos de pesquisa do programa traduzem a forte **interdisciplinariedade** que constitui característica da área de Direito. Promovem um diálogo intenso com as disciplinas das Humanidades, tais como História, Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Direitos Humanos, Educação em Direitos, as quais constituem **conteúdo da matriz curricular dos cursos jurídicos**.

Desde a sua criação, ao longo dos últimos **vinte e três anos**, o PPGCJ vem ampliado suas atividades científicas, de modo a abarcar atualmente **seis linhas de pesquisa em nível de mestrado e 3 linhas de pesquisa em nível de doutorado, totalizando 9 (nove) linhas de pesquisa**.

As **linhas de pesquisa do PPGCJ** apresentam **perfil interdisciplinar**, a partir de um **diálogo intenso e contribuição diversificada e plural das disciplinas das Humanidades**, sobretudo dos diversos saberes das ciências afins, como Economia, Ciência Política, Sociologia, Filosofia, História, Ciências Sociais, Educação, entre outros. Disciplinas que integram a **matriz curricular dos cursos de graduação em Direito no país**. Nos cursos de graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, dos quais fazem parte os professores do programa, incluindo os Departamentos de Direito Público, de Direito Privado, de Prática Jurídica e o departamento mais

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

recente, criado no contexto do REUNI, o Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ), é comum **a previsão das disciplinas de Humanidades na matriz curricular**, notadamente: Sociologia do Direito, Filosofia do Direito, História do Direito, Antropologia Jurídica, Psicologia Jurídica, Direitos dos Grupos Vulneráveis, Direitos Humanos, Teoria Geral do Estado, entre outras.

No último triênio avaliativo (2014-2016), se verificou **o alargamento das conexões com outras áreas do saber**, proveniente dos avanços tecnológicos, nos campos do **Direito da Arte** e da **Nova Economia**. Esse alargamento resultou na criação de uma **nova linha de pesquisa** de mestrado no programa **a partir de dezembro de 2016**, a de **Transjuridicidade, Epistemologia e Abordagens pluri/inter/transdisciplinares dos Direitos Humanos**, voltada aos estudos sobre as conexões Direito e Literatura; Direito e Música; Direito e Artes Plásticas; Direito e novas tecnologias com forte impacto de internacionalização, com criação de redes de pesquisa, celebração de convênios e publicações internacionais. Além disso, um **espaço de formação de pós-graduação** foi criado no programa com ênfase na aquisição de **novas competências cognitivas**, cujo grupo de pesquisa é liderado pelo prof. Dr. Marcílio Franca, o **LABIRINT (Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade)**, do qual participam professores do programa e externos, alunos da pós, da graduação e egressos.

**As linhas de pesquisa do programa** são sustentadas pelas atividades intensas realizadas por esses grupos, os quais promovem e alimentam o debate, a agenda de investigação, as publicações no campo da pesquisa sociojurídica regional, nacional e internacional.

Seguem, de forma detalhada, as linhas de pesquisa do PPGCJ e os grupos de investigação que as sustentam:

## I. **Mestrado: Área de Concentração em Direito Econômico**

a) **Linha de pesquisa: História do Direito, Constitucionalismo e Desenvolvimento Econômico**

## Grupos de Pesquisa

1. História do Direito e Constitucionalismo – Líder: José Ernesto Pimentel Filho

2. Filosofia do Direito e Pensamento Político – Líder: Newton de Oliveira Lima

b) **Linha de pesquisa: Estado, Mercado e Sujeitos Sociais: juridicidade e economicidade**

## Grupos de Pesquisa

1. Perspectivas e novos desafios de humanização do Direito Civil-Constitucional – Líder: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa;

2. Justiça & Política - Líder: Gustavo Rabay Guerra

c) **Linha de Pesquisa: Direitos Sociais, Biodireito e Sustentabilidade Socioambiental.**

## Grupos de Pesquisa

1. Biotecnologia, Biodireito e Meio Ambiente em Direitos Humanos – Líder: Belinda Pereira da Cunha e Robson Antão de Medeiros;

2. Direito da Cidade e do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Líder: Talden Queiroz Farias;

3. Estudos e Saberes Ambientais-Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidades e Direitos – Líder: Belinda Pereira da Cunha;

4. Trabalho e Desenvolvimento: Influxos e Dissensões – Líder: Maria Aurea Baroni Cecato;

5. Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa em Direito e Sociedade na América Latina – Líder: Fernando Joaquim Ferreira Maia

## II. Mestrado: Área de Concentração em Direitos Humanos

- a) **Linha de Pesquisa: Fundamentos Teórico-Filosóficos dos Direitos Humanos.**

### Grupos de Pesquisa

1. Educação, Direito e Sociedade - Líder: Maria Creusa de Araújo Borges
2. Marxismo e Filosofia da Práxis – Líder: Enoque Feitosa Sobreira Filho
3. Realismo Jurídico – Líder: Lorena de Melo Freitas
4. Filosofia do Direito e Pensamento Político – Líder: Newton de Oliveira Lima

- b) **Linha de Pesquisa: Direito Internacional dos Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito e Cidadania, Gênero e Minorias.**

### Grupos de Pesquisa

1. Direito Internacional ao Desenvolvimento e Cidadania – Líder: Fredys Orlando Sorto;
2. NUPOD-Núcleo para Pesquisa dos Observadores do Direito - Líder: Luciano do Nascimento Silva;
3. Análise de Estruturas de Violência e Direito - Líder: Sven Peterke e Robson Antão de Medeiros;
4. Educação, Direito e Sociedade - Líder: Maria Creusa de Araújo Borges

- c) **Linha de Pesquisa: Transjuridicidade, Epistemologia e Abordagens pluri/inter/transdisciplinares dos Direitos Humanos.**

### Grupos de Pesquisa

1. Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade (LABIRINT) - Líder: Marcílio Toscano Franca Filho e Gustavo Rabay Guerra;

2. Justiça & Política - Líder: Gustavo Rabay Guerra.

**III. Doutorado: área de concentração em Direitos Humanos e Desenvolvimento**

**a) Linha de Pesquisa: Direitos Sociais, Regulação Econômica e Desenvolvimento.**

**Grupos de Pesquisa**

1. Biotecnologia, Biodireito e Meio Ambiente em Direitos Humanos – Líder: Belinda Pereira da Cunha e Robson Antão de Medeiros;
2. Direito da Cidade e do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Líder: Talden Queiroz Farias;
3. Estudos e Saberes Ambientais-Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidades e Direitos – Líder: Belinda Pereira da Cunha;
4. Trabalho e Desenvolvimento: Influxos e Dissensões – Líder: Maria Aurea Baroni Cecato.

**b) Linha de Pesquisa: Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos.**

**Grupos de Pesquisa**

1. Análise de Estruturas de Violência e Direito - Líder: Sven Peterke e Robson Antão de Medeiros;
2. Educação, Direito e Sociedade - Líder: Maria Creusa de Araújo Borges;
3. Direito Internacional ao Desenvolvimento e Cidadania – Líder: Fredys Orlando Sorto;
4. NUPOD-Núcleo para Pesquisa dos Observadores do Direito - Líder: Luciano do Nascimento Silva;
5. Marxismo e Filosofia da Práxis – Líder: Enoque Feitosa Sobreira Filho
6. Realismo Jurídico – Líder: Lorena de Melo Freitas

c) **Linha de Pesquisa: Teoria e História do Direito – Teoria e História dos Direitos Humanos** (em reestruturação para conferir maior internacionalização ao programa), em regime de co-tutela e dupla titulação com a Universidade de Florença, Itália.

Atualmente, se encontra em tramitação **uma nova revisão do projeto pedagógico do PPGCJ**, aprovada no colegiado do programa e no Conselho de Centro do CCJ, pendente de aprovação para 2020 no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE, UFPB). Essa nova atualização se concentra nas necessidades de produção de pesquisa, ensino e extensão concernentes à linha 1 do Mestrado História do Direito e à linha 3 do Doutorado em co-tutela com a Universidade de Florença, Itália.

A linha 3 do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento do PPGCJ, UFPB foi aberta para o **quadriênio avaliativo Capes 2017-2020**. Abrange um **Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal da Paraíba, Brasil, e a Universidade de Florença, Itália**, firmado desde 2002, em reforço de algumas construções teóricas fundamentais e de alguns projetos de pesquisas, nas áreas jurídicas e socioeconômicas, capazes de gerar estudos aptos a se abastecer mutuamente de dados, casos e abordagens doutrinárias, em perspectivas acadêmicas que, em regime de co-tutela, garantam relevância e maturidade aos enfoques tratados.

Explica-se, de início, que, como resulta de um Acordo de Cooperação, o título dessa linha refletia a exata designação do Departamento de Teoria e História do Direito, que abrigava o doutorado em Direitos Humanos da Universidade de Florença. Ocorre que, mesmo em Florença, no ano de 2016, a denominação do Departamento foi alterada. Dessa forma, a linha 3 passa por uma revisão e adquire um novo nome e uma nova abordagem, a saber: **Linha 3 – Teorias dos Direitos Humanos, Direito e Sociedade: genealogia e perspectivas do pensamento jurídico**, com vigência a partir de 2020. Fato que indica o compromisso do PPGCJ com a **atualização do seu projeto pedagógico com aporte em autoavaliação contínua**.

Por outro lado, e o mais importante é que, da parte da UFPB, a partir das pesquisas doutorais cadastradas e das vinculações docentes a esses projetos, passou-se a perceber que o principal enquadramento teórico da linha de pesquisa 3 do doutorado ajustava-se mais adequadamente ao **contexto teórico de Direito e Sociedade (Law and**

*Society*), em perspectiva melhor adaptada à temática maior de Direitos Humanos e Desenvolvimento, área de concentração do doutorado, criada em 2010, devidamente consolidada. Desse modo, a contextualização histórica, a despeito da relevada importância, se dilui no **arquétipo político-jurídico-sociológico** dos temas abordados.

Do ponto de vista da fundamentação teórica, as principais sustentações da linha 3 do doutorado abrangem o caráter ideológico da distinção entre direito e política na sociedade ocidental, que caracteriza a tradição jurídico-política a partir do século XVIII do último milênio, sob o viés conceitual e da linguagem.

A linha que representa o Acordo Internacional UFPB – UNIFI impacta positivamente em ambos os programas de doutorado por alguns motivos. Em primeiro lugar, cabe mencionar que esse Plano Acadêmico deriva de um Acordo de Mútua Cooperação que teve início em 2002, liderado pelo jusfilósofo **Danilo Zolo**, então coordenador do Centro Jura Gentium.

a) Centro Jura Gentium, fundado em março de 2001, se constituiu em associação de pesquisa em março de 2006. Publica a Revista Jura Gentium (ISSN 1826-8269) e, em colaboração com a Editora Feltrinelli, divulga sua coleção de teses e monografias. O Jura Gentium também organiza Encontros e Seminários semestrais e promove debates *online*.

Suas principais linhas de pesquisa abrangem:

War, Law, and Global Order

A cura di Tecla Mazzaresse

Philosophy and History of International Law

A cura di Stefano Pietropaoli e Filippo Ruschi

Theories of Human Rights

A cura di Luca Baccelli

Economics of globalisation

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

A cura di Nicolò Bellanca

Plural Islam. Law, politics and society

a cura di Orsetta Giolo

The Palestinian Question

A cura di Francesco Ciafaloni e Cinzia Nachira

Migrantes

A cura di Lucia Re

Rethinking the Mediterranean

A cura di Franco Cassano e Renata Pepicelli

Donne, diritto e politica globale

A cura di Orsetta Giolo e Lucia Re

Estado de direito e direitos humanos na América latina

A cura di Juan Manuel Otero e Pablo Eiroa

Law and politics in post-colonial Asia

A cura di Clelia Bartoli

Cinema e globalizzazione

A cura di Filippo Del Lucchese

b) Centro Interuniversitário de Pesquisa L'altro diritto, liderado pelo professor **Emilio Santoro**, acolhe os eixos temáticos da linha 3 do doutorado do **PPGCJ**, com as abordagens das **diversas vertentes da Sociologia do Direito**, nos eixos temáticos devianza, marginalità e governo delle migrazioni. O Centro L'altro diritto visa a desenvolver, promover e coordenar projetos de pesquisa nos campos sociológicos a) da sociologia da punição, sociologia do desvio; sociologia da

marginalidade e sociologia das migrações; b) das políticas criminais; c) dos fenômenos discriminatórios e estratégias de contraste a isto relacionadas; e) do governo de sociedades multiculturais. Um propósito importante desse Centro é colaborar para a criação e ativação de cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados (inclusive internacionais) sobre os mesmos temas.

As pesquisas atuais em curso, **realizadas pelos alunos em co-tutela da linha 3 do doutorado**, estão relacionadas a questões relativas à cidadania dos refugiados e dos migrantes; etnografia e reconceituação do disciplinamento jurídico das drogas para fins medicinais; a natureza dúplce do terrorismo e a crítica à elaboração hegemônica de seus conceitos; a relação entre direitos humanos e jogos; a deslegitimação do discurso da pós-modernidade na linguagem interrelacionada de direito e arte; o paradigma teórico de justiça restaurativa; continuidade e descontinuidade dos discursos que envolvem diversidade, identidade, gênero e sexualidade; redefinições jurídico-penalistas da tipificação, como o transfeminicídio, entre outras abordagens.

Integram a equipe dessa linha de pesquisa do doutorado, da parte da UFPB, os professores doutores: Maria Luiza Alencar, Marcílio Franca, Gustavo Batista, Maria Creusa Borges, Adriana Dias (como colaboradora, pois é professora vinculada à UFF, RJ), Fredys Sorto, Rômulo Palitot. Da parte da UNIFI (Itália): Emílio Santoro *et al.*

Foram efetivadas, em 2019, **três co-tutelas com a UNIFI**: a das alunas Cárta Chagas Gomes (orientador prof. Dr. Marcílio Franca), Maria Luiza Caxias Albano (orientador prof. Dr. Gustavo Batista), Tâmisia Rúbia Santos do Nascimento Silva (orientador prof. Dr. Rômulo Palitot). Além das já existentes: Maria Ivonete Vale Nitão (Universidade de Granada, Espanha. Orientador prof. Dr. Rômulo Palitot), Werna Karenina Marques de Sousa (Université Grenoble Alpes, França, orientador prof. Dr. Eduardo Rabenhorst), **totalizando 5 co-tutelas** em curso.

O PPGCJ mantém essa parceria importante com o L'ALTRO DIRITTO, CENTRO INTERUNIVERSITARIO DI RICERCA SU CÁRCERE, DEVIANZA MARGINALITÀ E GOVERNO DELE MIGRAZIONI, ligado à Universidade de Florença (UNIFI, Itália), e coordenado pelo prof. Emilio Santoro, e do qual a profa. Adriana Dias Vieira integra, na qualidade de professora externa, desde 2017. Em 2018,

a profa. Adriana Dias Vieira atua em **projetos de pesquisa** importantes aprovados pelo L'Altro Diritto:

1. Projeto JUSTICE (financiado pela Comunidade Europeia) EUPRETRIALRIGHT (2017-2019) – Improving protection of fundamental rights and accessto legal aid for remand prisoners in the European Union (Justice 2014-2020);
2. Projeto FAMI (Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione – Ministerodell'Interno) – Io non discrimino;
3. Projeto FAMI (Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione – Ministerodell'Interno) – saviorfaire;
4. Projeto 'Law in action: il sistema di tutela dei richiedenti asilo, sviluppoedimplementazionedi bueneprassi', financiado pela Fondazione Cassa diRisparmiodi Firenze, 2017 (execução 2018).

O Acordo foi renovado com a UNIFI e passa a vigorar até 2023. Nas duas últimas versões, a cooperação internacional abrange a criação da linha 3 do doutorado em Ciências Jurídicas do PPGCJ, com vista à criação de um doutorado internacional. Esse programa decorreu da consolidada parceria do PPGCJ com a Comissão de Direitos Humanos da UFPB (criada em 1986, a mais antiga do Brasil) e com o Núcleo de Direitos Humanos da UFPB (criado em 2008), tendo gerado dez grandes Seminários Internacionais de Direitos Humanos, sendo que o primeiro ocorreu em 2002 e o mais recente em outubro de 2019 (<http://www.cchla.ufpb.br/xsidh/index.php>), com a presença de professores e alunos do PPGCJ.

O grupo de pesquisa principal do PPGCJ que sustenta as investigações dessa linha é TEORIAS DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITO E SOCIEDADE: genealogia e prospectivas do pensamento jurídico – cuja líder CNPq é a professora doutora Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa, Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFPB e que participa das atividades de pesquisa em rede do Consórcio Latinoamericano de Direitos Humanos.

## **Projetos de Pesquisa financiados pelo CNPq e CAPES**

### **Iniciação Científica dos Alunos de Graduação**

### **Integração com a Graduação**

### **(2017-2019)**

Destaca-se a atuação dos professores permanentes do PPGCJ como **líderes de grupos de pesquisa** registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Na liderança desses grupos, os professores atuam como coordenadores e/ou proponentes de projetos de pesquisa, trabalham construindo redes de pesquisa internacionais e nacionais, intercâmbios de discentes e docentes, cooperação científica Sul-Sul e Norte-Sul, articulação da pós-graduação com a graduação, com orientação de alunos de iniciação científica, projetos, predominantemente, financiados por agências de fomento nacionais, estaduais e internacionais e, também, com financiamento institucional da UFPB. Um importante indicador da articulação da pós com a graduação constitui a **orientação de projetos de iniciação científica** encabeçados pelos líderes de grupos CNPq. Na iniciação científica, os alunos da graduação são inseridos nas atividades dos grupos de pesquisa, tendo a oportunidade de interagir com os alunos da pós e com a agenda de pesquisa do professor. Além disso, tomam conhecimento do campo da pesquisa jurídica e, muitas das vezes, surgem as oportunidades de mobilidade acadêmica, por intermédio de programas institucionais, como o **PROMOBI/UFPB**.

Esses projetos de investigação geram produtos acadêmicos, tais como convênios de cooperação, publicações bi-nacionais e/ou em rede, publicações em língua estrangeira, eventos acadêmicos, entre outros. Segue a síntese dos projetos de pesquisa dos professores do programa.

## Grupos e Redes de Pesquisa:

**Consórcio Latinoamericano de Direitos Humanos** - Líder: Profa. Dra.

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa;

**Perspectivas e Novos Desafios de Humanização do Direito Civil-**

**Constitucional** – Líder: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa.

### 2018 – Atual

1. DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO E MINERAÇÃO.  
Abordagens dos impactos causados pelas atividades (lícitas e ilícitas) de mineração sobre os direitos sociais.

Descrição: **Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – Pq/CNPq**. O projeto de pesquisa, na sequência dos projetos aprovados anteriormente para o programa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, abrange o conjunto das pesquisas atuais da proponente, no contexto das relações entre direito, regulação e desenvolvimento, desta vez, com foco na temática maior? Direitos Humanos e Mineração? O tema se ajusta às atuais atividades de pesquisa da proponente, nomeadamente a partir de dois grandes eixos. São eles: (i) as Perspectivas de Humanização do Direito Civil Contemporâneo, grupo que estuda a ressignificação da função dos institutos fundamentais do Direito Civil no caminho da construção de um novo direito civil social, que se forma a partir da necessidade de proteção humana diante de grandes processos de exclusão social; (ii) Políticas de Regulación de las Empresas Transnacionales por Violaciones a los Derechos Humanos en América Latina, projeto atual do Consórcio Latinoamericano de Direitos Humanos, do qual a UFPB, sob a coordenação da proponente, é uma das instituições fundadoras. Este segundo projeto se desdobra em dois subprojetos: (i) um subprojeto de iniciação científica (PIBIC), detalhado no texto; (ii) um subprojeto de pesquisa empírica, financiado pelo Consórcio, sobre o tema Atividade Mineraria na Paraíba: a batalha intransparente da Turmalina Paraíba. Estudo de caso, igualmente especificado. Esse conjunto de pesquisas se situa em torno da relação entre direitos humanos e desenvolvimento, a partir da consolidação de estudos em torno de duas perspectivas teóricas trabalhadas pela pesquisadora a partir de seu pós-doutorado, quais sejam direito humano ao desenvolvimento e direito econômico do desenvolvimento, eixo principal da maioria das publicações da proponente..  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Coordenador / Talden Queiroz Farias - Integrante / Pedro Henrique Sousa de Ataíde - Integrante / Luciana Vilar de Assis - Integrante / GILMARA BENEVIDES DAMASCENO - Integrante / JUVÊNCIO ALMEIDA COSTA NETO - Integrante / IGOR CAIO ALVES DE MIRANDA - Integrante / Adriana de Medeiros Gabinio - Integrante / Ylana Zálife de

### 2017 – Atual

2. UFPB E UNIFI/Itália. TEORIAS DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITO E SOCIEDADE: genealogia e perspectivas do pensamento jurídico. Linha 3 do Doutorado em Ciências Jurídicas da UFPB

Descrição: Este projeto abrange a **atuação de pesquisadores em ações que decorrem do Acordo de Cooperação e Reciprocidade Acadêmicas firmado entre a UFPB e a Universidade de Florença, Itália, nomeadamente no contexto da linha de pesquisa 3 do doutorado em ciências jurídicas (PPGCJ - UFPB)**. Foi apresentada proposta de alteração do nome da linha para TEORIAS DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITO E SOCIEDADE: genealogia e perspectivas do pensamento jurídico, marco teórico-doutrinário e prático de **viés interdisciplinar**, que abraça, com aderência, as pesquisas atuais dos seus membros. Mediante a ação desse grupo de pesquisa, inicialmente liderado pelo professor e filósofo italiano Danilo Zolo, da UNIFI, foi criada em 2016 a linha de pesquisa indicada, **com vigência a partir de 2017**. O propósito da linha é permitir a formação acadêmica em nível de doutorado, com dupla titulação e co-tutela, para os discentes do PPGCJ - UFPB e do Dipartimento di Scienze Giuridiche (DSG), doutorado em Direito, da UNIFI, assim como capacitação docente de parte a parte, evento e publicações acadêmicas conjuntas. A parceria, firmada pela primeira vez em 2002, pela formalização sequenciada de Acordos de Cooperação (encontra-se em tramitação a quarta renovação do Convênio), tem envolvidos estudantes e professores do Centro de Ciências Jurídicas e do Núcleo de Direitos Humanos da UFPB e do DSG da UNIFI. Podem ser mencionados os seguintes resultados: a) a realização de diversos Seminários Internacionais, na UFPB; a aprovação de um projeto ALFA da União Europeia, intitulado Human Rights facing security; c) intensa mobilidade acadêmica desde então; d) em 2016, na abertura de uma linha de pesquisa no doutorado do PPGCJ-UFPB, voltada para a parceria com o DSG da UNIFI; e) publicações conjuntas. O projeto que leva o nome da linha apresenta a fundamentação teórica da ação de pesquisa.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Doutorado: (9)

Integrantes: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Coordenador / et alii - Integrante / Danilo Zolo - Integrante / Adriana Dias Vieira - Integrante / Emilio Santoro - Integrante / MARCILIO TOSCANO DA FRANCA FILHO - Integrante.

### 2014 – Atual

3. CONSORCIO LATINOAMERICANO DE POSGRADO EN DERECHOS HUMANOS. POLÍTICAS DE REGULACIÓN DE LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES POR VIOLACIONES A LOS DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA

Descrição: Descripción del proyecto El proyecto plantea analizar los impactos en materia de derechos humanos de la cadena productiva de la minería e identificar las

buenas prácticas adoptadas para prevenirlos o mitigarlos en los países sede de las universidades miembros del Consorcio Latinoamericano de Posgrado en Derechos Humanos. Tomando como base esta sistematización de experiencias, el proyecto planteará una serie de recomendaciones a los Estados para la regulación y control de las empresas localizadas en su territorio, de forma a garantizar los derechos humanos de toda su población. Estas recomendaciones girarán, a su vez, en torno al deber de los Estados de implementar los Planes de Acción fundados en los Principios de Ruggie. En esa medida, el Consorcio realizará el esfuerzo académico de articular la figura de los Planes de Acción con la experiencia de la producción minera en Latinoamérica. Este análisis, dada las actuales particularidades de la actividad minera, implicará, además, dedicar especial atención a la responsabilidad extraterritorial de los Estados por la violación de derechos humanos cometida por empresas privadas con sede en su territorio. El proyecto se estructura en cuatro etapas: 1) Diagnósticos nacionales, 2) Análisis de la afectación de derechos en la cadena productiva de la minería y prácticas de prevención y mitigación, 3) Propuestas de regulación; y 4) Difusión de hallazgos. El presente proyecto tiene como objetivo general identificar, bajo una perspectiva comparada latinoamericana, propuestas de regulación nacional para la prevención, control y mitigación de los impactos provocados por la cadena productiva minera sobre los derechos humanos. En ese sentido, los objetivos específicos del proyecto son: a. Levantar el estado de la cuestión sobre las regulaciones en materia de derechos humanos y empresas en los Estados de la región; b. Identificar el grado de responsabilidad estatal y empresarial por la violación de derechos humanos en el desarrollo de la cadena productiva de la minería; c. Formular propuestas de prevención, control y mitigación de impactos generados por la cadena minera; d. Difundir parámetros y buenas prácticas de actuación estatal y empresarial en materia de derechos humanos..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (5) / Mestrado acadêmico: (20) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Antônio Maués - Coordenador / et alii - Integrante / Helena Esser dos Reis - Integrante.  
Financiador(es): **Fundação Ford** - Auxílio financeiro.  
Número de produções C, T & A: 8

2013 – 2017

#### 4. DIREITOS HUMANOS E TECNOLOGIA: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO VIRTUAL EM SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Descrição: O projeto de pesquisa científica, **com inovação tecnológica**, tem como meta a criação de **ambiente de aprendizagem sobre os Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, com foco no Sistema Interamericano, através da conjugação dos grupos de pesquisa dos cursos de Direito e de Computação da UFPB, de modo a gerar programa computacional (software) capaz de simular a**

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**atuação jurisdicional em Direitos Humanos, no âmbito do Sistema Interamericano de DH.** A partir do programa, serão montadas equipes que atuarão nas diversas fases do sistema, acompanhadas por docentes da Prática Jurídica, no contexto de cases previamente selecionados, em espaço acadêmico que mesclará o virtual e o presencial, com cursos e treinamentos. O inteiro programa comporá disciplina optativa da estrutura curricular do curso de Direito do CCJ-UFPB..  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (7) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Coordenador / Ana Carolina Oliveira Lopes - Integrante / Ana Valeska de Figueiredo Malheiro - Integrante / Daniel de Macedo Soares - Integrante / Vinícius Pinagé Alves de Lima - Integrante / Filipe Lins dos Santos - Integrante / Marcella Ribeiro d'Avila Lins Torres - Integrante.  
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.  
Número de produções C, T & A: 4 / Número de orientações: 3

## **Grupo e Rede de Pesquisa**

### **Educação, Direito e Sociedade**

Líder: profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges

**2017 – 2018**

#### **1. O DIREITO À EDUCAÇÃO DE COMUNIDADES ÉTNICAS NAS SENTENÇAS DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL**

Descrição: Trata-se de um estudo juscomparativista que tem como objeto a análise do direito à educação de comunidades étnicas na perspectiva dos tribunais. Examina a jurisprudência do Tribunal Constitucional da Colômbia e do Supremo Tribunal Federal do Brasil. No Supremo Tribunal Federal do Brasil é analisado o seguinte *corpus* documental: Caso Raposa do Sol (petição inicial e embargos declaratórios); decisão da segunda turma no caso Limão Verde; a ADI 3239 (comunidades remanescentes de quilombos); ACO 362; 366. No caso do Tribunal da Colômbia: Sentencias: t-049/13; t-110/10; t-116/11; t-355/14; t-348/16; t-689/16; t-102/17. Questões-chave se colocam: indígenas, povos originários e quilombolas têm um direito específico em educação? Como se articulam território e educação? A etnoeducação constitui um direito? Qual a natureza e conteúdo desse direito e suas implicações para a educação?.  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / MYRELLA ENMYILY FERREIRA DE ALMEIDA - Integrante / RENATO HIROSHI XAVIER

NAGAHAMA

-

Integrante.

Número de produções C, T & A: 7 / Número de orientações: 2

**Financiamento: CNPq/PIBIC/Iniciação científica.**

**2016 – 2017**

## 2. ANÁLISE DO CASO "AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE" NO STF

Descrição: O projeto examina os argumentos convergentes e divergentes sobre a adoção das cotas na universidade no STF a partir da abordagem da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle. O corpus documental é constituído pela petição da ADPF nº 186, a decisão final e o voto individual dos ministros do Supremo Tribunal Federal..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Rafaela Santos Venâncio de Araújo. - Integrante / MYRELLA ENMYILY FERREIRA DE ALMEIDA - Integrante / RENATO HIROSHI XAVIER NAGAHAMA - Integrante.

**Financiamento: CNPq/PIBIC/Iniciação científica.**

## **Grupos e Redes de Pesquisa**

**Marxismo e Filosofia da Práxis** – Líder: Prof. Dr. Enoque Feitosa Sobreira Filho;

**Realismo Jurídico** – Líder: Profa. Dra. Lorena de Melo Freitas

**2014 – 2019**

1. **Cooperação Sul-Sul Brasil e Moçambique:** Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais enquanto instrumentos de formação e integração acadêmica entre Brasil e Moçambique no âmbito jurídico: a tensão entre direito limitado às garantias formais e as demandas por sua concretização

Descrição: Trata-se de um projeto que envolve ensino, pesquisa e intercâmbio científico, na área de direito, entre Brasil e Moçambique, através dos Programas de Pós-Graduação e da graduação em Direito das Universidades Federal da Paraíba (Brasil) e Universidade Nacional Eduardo Mondlane (de Moçambique). O projeto de pesquisa, o qual era já desde há três anos desenvolvido autonomamente pelos docentes Enoque

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Feitosa e Lorena Freitas (UFPB) e Gilles Cistac, Almeida Machava e Orquídea Jona (UEM) foi proposto institucionalmente à CAPES, no início de 2013, através de uma chamada conjunta CAPES e Associação das Universidades de Língua Portuguesa, para mobilidade internacional docente, discente, envolvendo professores, doutorandos, mestrandos e graduandos na área do direito das duas IES. Tem duração bienal, podendo ser prorrogado por mais um biênio e tem resultado em atividades conjuntas em nível de docência, pesquisa e produção bibliográfica..  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Enoque Feitosa Sobreira Filho - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Raquel Falcão - Integrante / Robson Antão - Integrante / Gilles Cistac - Integrante / Almeida Machava - Integrante / Teodoro Andrade Waty - Integrante / FREDYS O. SORTO - Integrante / HENRIQUE JOSÉ HENRIQUES - Integrante / JOÃO ADOLFO RIBEIRO BANDEIRA - Integrante / NATÉRCIA ESTER C. WATY - Integrante / LUCCA MOSCOSO - Integrante.  
Financiador(es): **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Cooperação.**

## Grupos e Redes de Pesquisa

**Estudos e Saberes Ambientais-Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidades e Direitos** – Líder: Belinda Pereira da Cunha

2018 – Atual

1. Gestão Ambiental entre as universidades municípios: levantamento hidrossocial e de resíduos

Descrição: Atuação junto à coordenação da gestão ambiental da UFSC, em **estágio pós-doutoral**, das interfaces entre a gestão dos recursos utilizados pela Universidade e do município de Florianópolis, para visualização.  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Integrante / ROGÉRIO SILVA PORTANOVA - Coordenador.

### 2018 - Atual

#### 2. FORMAÇÃO DE PLANEJADORES E GESTORES URBANOS: UMA AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

Descrição: **Oficinas em escolas do ensino médio da rede pública de ensino, capacitação de gestores para mobilidade urbana.**  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (15) / Mestrado acadêmico: (8) .

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador.

### 2015 – Atual

#### 3. ESTUDOS DE SABERES AMBIENTAIS HOMENAGEM A ENRIQUE LEFF -SUSTENTABILIDADE, IMPACTOS, RACIONALIDADES E DIREITOS

Descrição: Este grupo de pesquisa foi criado no seio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB) em colaboração com pesquisadores de renomadas Instituições de Ensino Superior Nacionais e Estrangeiras, em estudos voltados para a Sustentabilidade, Crise Ambiental, Racionalidades e Impactos Ambientais com bases sobre a vasta obra de Enrique Leff. O grupo de Pesquisa é composto pelas seguintes Linhas: Gestão, Licença e Certificação Ambiental; Análise de impactos e acidentes ambientais; Consumo Sustentável e Educação Ambiental; Desertificação e Semiárido Brasileiro; Direitos Humanos e fundamentais: inclusão socioambiental, economia solidária e análise de riscos; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Mudanças Climáticas, inovações tecnológicas e energia; Políticas de Governança para o desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas, Regulação, Resíduos Sólidos e Tributação; Recursos naturais, áreas de proteção e povos indígenas; Tutela jurídica da Energia e Petróleo..  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (11) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Coordenador / Jorge Luís Mialhe - Integrante / Hertha Urquiza Baracho - Integrante / Karoline de Lucena Araújo - Integrante / Alex Jordan Soares Mamede - Integrante / Iranice Gonçalves Muniz - Integrante / Celso Antonio Pacheco Fiorillo - Integrante / Sérgio Augustin - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alana Ramos Araujo - Integrante / Alfredo Rangel Ribeiro - Integrante / Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida - Integrante / Elisabete Maniglia - Integrante / Enrique Leff - Integrante / Fernando Antônio de Vasconcelos - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Luciana Cordeiro de Souza Fernandes - Integrante / Maria Cristina Paiva Santiago - Integrante / Maria Marconiete Fernandes Pereira - Integrante / Nálbia Roberta Araújo da Costa - Integrante / Yanko Marcus de Alencar Xavier - Integrante / Alex Taveira dos Santos - Integrante / Anne Augusta Alencar Leite Reinaldo - Integrante / Antonio Jose Ventura - Integrante / Fernanda Cristina de Oliveira Franco - Integrante / Ítalo Wesley Paz de Oliveira Lima - Integrante

/ Talden Queiroz Farias - Integrante.

### 2014 – Atual

#### 4. Sustentabilidade e o Novo Direito Agrário Brasileiro

Descrição: Revisitação dos institutos do Direito Agrário, a partir da temática contemporânea e constitucional, à luz da sustentabilidade socioambiental, desenvolvimentos humano e econômico, como supervisora de estágio pós-doutoral no PPGCJ, orientação e acompanhamento de seminários e grupos de graduação e pós graduação, com vistas à contribuição para a comunidade científica, através da edição de ebook que promova a difusão da ciência com aplicação técnica e social para o meio profissional e acadêmico..  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (10) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Coordenador / COSTA, Nálbia Roberta Araújo da - Integrante / Alex Jordan Soares Mamede - Integrante / Iranice Gonçalves Muniz - Integrante / Valéria Fernandes Pereira - Integrante / MAIA, Lis - Integrante / GADELHA, Ingrid - Integrante / Felipe de Lira SOUTO - Integrante.

### 2013 – Atual

#### 5. Implantando a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) na Universidade Federal da Paraíba: propostas e ações

Descrição: Implantação da Agenda Ambiental segundo o Ministério do Meio Ambiente na Administração Pública, com vistas à sustentabilidade ambiental, aplicando os 5 Rs no comportamento dos servidores, docentes e discentes da Universidade federal da Paraíba, a partir dos Centros Geografia, Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente em Rede, NEAL.  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Integrante / Henrique Elias Pessoa Gutierrez - Coordenador.

## Grupos e Redes de Pesquisa

### LABIRINT

2014 – Atual

#### 1. Novas Arquiteturas das Formas Jurídicas - Dos Castelos aos Labirintos

Projeto certificado pelo(a) coordenador(a) Marcilio Toscano Franca Filho em 09/03/2015.

Descrição: quanto mais complexos vão-se tornando o mundo e a sociedade atuais, maior tem sido a busca por explicações mais simples (mas nunca mais fáceis!) a respeito dos fenômenos contemporâneos. E a utilização de imagens (gráficas ou metafóricas) para explicá-los auxilia nessa compreensão de si e da realidade. Diante do panorama assim delineado, as metáforas ocupam o núcleo do principal problema a ser abordado no presente projeto, qual seja: qual a acuidade das metáforas que hoje tentam explicar a forma da juridicidade? Em outras palavras, pretende-se alcançar uma melhor compreensão das relações entre direito e metáfora e, a partir disso, analisar algumas das metáforas visuais que descrevem com maior frequência a aparência da juridicidade contemporânea: o castelo, a pirâmide (Kelsen), o arquipélago (Timsit), o rizoma (Delmas-Marty), a hidra (Teubner), a rapsódia (Vogliotti), o camaleão (Boaventura de Sousa Santos), o barroco (Sherwin), a rede (Ost) e, em particular, o labirinto, um dos temas centrais de que se tem ocupado o Laboratório Internacional de Pesquisas em Transjuridicidade (LABIRINT), grupo de pesquisas que reúne todos os envolvidos na presente

Situação: Em andamento; Natureza: proposta... Pesquisa.

Integrantes: Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Marcilio Toscano Franca Filho - Coordenador / Gustavo Rabay - Integrante / Adriana Dias Vieira - Integrante / Giuliana Dias Vieira - Integrante / Hugo César de Araújo Gusmão - Integrante / Eduardo Ramalho Rabenhorst - Integrante / Américo Augusto Nogueira Vieira - Integrante / Humberto Lima de Lucena Filho - Integrante / Emílio Santoro - Integrante / Sofia Ciuffoletti - Integrante / Samantha Moura Ribeiro - Integrante.

2014 – Atual

#### 2. DEMOCRACIA, TRANSJURIDICIDADE E FATORES ECONÔMICOS DO PODER - Uma Análise a partir das Experiências Brasileira e Espanhola

Descrição: O objetivo geral do projeto constitui, precisamente, compreender a amplitude, natureza e consequências das pressões exercidas por fatores econômicos contemporâneos, contextualizados numa situação de entrelaçamento de ordens jurídicas distintas, sobre a democracia enquanto regime político acolhido em constituições normativas, tendo como base - a princípio - as experiências brasileira e espanhola. Para se alcançar esse objetivo geral, tem-se por meta os seguintes objetivos específicos: a)

Delimitar fenômenos contemporâneos de natureza econômica que exerçam impacto sobre a ordem democrática do Estado; b) Analisar o fenômeno de transjuridicidade e suas múltiplas configurações no universo jurídico contemporâneo; c) Identificar comparativamente as variadas formas de manifestação constitucional do princípio democrático; d) Aproximar as experiências européia e brasileira no que tange à vulnerabilidade e blindagem constitucional do princípio democrático diante de imperativos econômicos; e e) Verificar a possibilidade de adoção de instrumentos normativos nos vários níveis de entrelaçamento de ordenamentos jurídicos que favoreçam a proteção das várias formas de manifestação da democracia. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Coordenador / Marcilio Toscano Franca Filho - Integrante / Gustavo Rabay - Integrante / Adriana Dias Vieira - Integrante / Giuliana Dias Vieira - Integrante / Marcelo Dias Varella - Integrante / Belinda Pereira da Cunha - Integrante / Inocência Mártires Coelho - Integrante / Hugo César de Araújo Gusmão - Integrante / Francisco Balaguer Callejon - Integrante / Lorena de Melo Freitas - Integrante.

### 3. The 1995 UNIDROIT Convention Academic Project (UCAP)

Descrição: An Informal Ratification Task Force to promote wider accession to the 1995 UNIDROIT Convention was established at the UN Headquarters in New York at the event "Promoting and Strengthening the International Legal Framework for the Protection of Cultural Heritage" the 1995 UNIDROIT Convention? held on 28 February 2017. Material on the national implementation (analysis, studies, research, case law, ?) will therefore be helpful to feed the discussions of such Task Force which is due to meet annually. The 1995 UNIDROIT Convention Academic Project (UCAP) would also address targets of the United Nations' "2030 Agenda for Sustainable Development", in particular Target 16.4 ("By 2030, significantly reduce illicit financial and arms flows, strengthen the recovery and return of stolen assets and combat all forms of organized crime?").

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (3) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Marcilio Toscano Franca Filho - Coordenador.

## 2017 – 2019

### 4. Art Law, Corporate Codes and Market Regulation: The Use of Soft Law against Money Laundering in the Art Market

Descrição: Embora o Brasil mantenha uma destacada produção e um comércio relevante no setor das artes visuais, o Direito da Arte ainda é muito pouco conhecido, explorado e difundido no país, ao contrário do que já ocorre há anos na Europa e nos Estados Unidos. O presente projeto de pesquisa tem como principal objetivo o papel da autorregulação no mercado de arte, sempre tao refratário à heteronormatividade, e

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

compreender os mecanismos mais eficientes para combates a lavagem de dinheiro nesse importante setor da economia..  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Marcilio Toscano Franca Filho - Coordenador.

### Grupos e Redes de Pesquisa

**Biotecnologia, Biodireito e Meio Ambiente em Direitos Humanos** – Líder: Belinda Pereira da Cunha e Robson Antão de Medeiros

**2016 – 2017**

**1. DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CANABIDIOL: QUESTÕES DE DIREITO E DE SAÚDE**

Descrição: CANABIDIOL: QUESTÕES DE DIREITO E DE SAÚDE tem por objetivos: Identificar, elencar e fazer um levantamento das ações administrativas e judiciais no período de 2013 a 2015 que tratam da questão concernente a substância do canabidiol, suas causas e consequência da autorização do uso, comercialização e assistência do Estado para as pessoas com deficiências e analisar as referidas decisões. A relevância dos objetivos específicos do Projeto de Pesquisa: DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, vinculado ao Grupo de Pesquisa: BIOTECNOLOGIA, BIODIREITO E MEIO AMBIENTE EM DIREITOS HUMANOS, revelará como os órgãos administrativos e judiciais vêm procedendo e enfrentando questões complexas, por ser uma substância proibida no Brasil e de acessibilidade desta substância ?proibida?, por ser para pessoas com deficiência..  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / NATHALYA LINS DA SILVA - Integrante.

**2016 – 2017**

**2. DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CADEIRANTES NA UFPB: ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Descrição: CADEIRANTES NO CAMINHAR NA UFPB tem por objetivos Analisar os programas de inclusão existente do público universitário perquirido na UFPB; Identificar e elencar os espaços físicos universitários nos seguintes setores existentes:

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prédio da Reitoria, Biblioteca Central, Restaurante e Residências Universitárias, Laboratórios de Informáticas, Centro de Convivência, Praça de Alimentação, Agências Bancárias, Hospital Universitário da UFPB, em que a pessoa com deficiência pode e necessita de locomover-se. O Projeto de Pesquisa: DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, vinculado ao Grupo de Pesquisa: BIOTECNOLOGIA, BIODIREITO E MEIO AMBIENTE EM DIREITOS HUMANOS, revelará como a UFPB vem ou tem enfrentado a situação de acessibilidade das pessoas com deficiência..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / DIANE ADELAIDE MEDEIROS - Integrante.

### 2016 – 2017

#### 3. DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - MICROCEFALIA: QUESTÕES DE DIREITO E DE SAÚDE

Descrição: MICROCEFALIA: QUESTÕES DE DIREITO E DE SAÚDE tem por objetivos Identificar, elencar e fazer um levantamento das ações administrativas e judiciais no período de 2013 a 2015 que tratam da questão concernente a microcefalia, suas causas e consequência no tocante a prevenção, tratamento e assistência do Estado para as pessoas com deficiências e analisar as referidas decisões. A relevância dos objetivos específicos do Projeto de Pesquisa: DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, vinculado ao Grupo de Pesquisa: BIOTECNOLOGIA, BIODIREITO E MEIO AMBIENTE EM DIREITOS HUMANOS, revelará como os órgãos administrativos e judiciais vêm procedendo e enfrentando questões complexas, por ser uma deficiência recente no Brasil atingindo milhares de pessoas, sobretudo na região nordeste do país..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / ANDREZA FERNANDA DE SOUZA CLEMENTINO - Integrante.

### 2016 – 2017

#### 4. DIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PÍLULA DO CÂNCER: QUESTÕES DE DIREITO E DE SAÚDE

Descrição: PÍLULA DO CÂNCER: QUESTÕES DE DIREITO E DE SAÚDE tem por objetivos: Identificar, elencar e fazer um levantamento das ações administrativas e judiciais no período de 2013 a 2015 que tratam da questão concernente a substância da fosfoetanolamina, mais conhecida como pílula do câncer, suas causas e consequência da autorização do uso, comercialização e assistência do Estado para as pessoas com deficiências e analisar as referidas decisões. A relevância dos objetivos específicos do

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Projeto de Pesquisa: CDIREITO E SAÚDE: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, vinculado ao Grupo de Pesquisa: BIOTECNOLOGIA, BIODIREITO E MEIO AMBIENTE EM DIREITOS HUMANOS, revelará como os órgãos administrativos e judiciais vêm procedendo e enfrentando questões complexas, por ser uma substância que ainda não está devidamente comprovada a sua eficácia pelos órgãos de controle interno e de acessibilidade desta substância para as pessoas com deficiência..  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / MARIA CAROLINE SANTIAGO GALIZA - Integrante.

### 2016 – Atual

#### 5. DIMENSÕES JURÍDICAS NA SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Descrição: Identificar e analisar as dimensões jurídicas, perpassando pelas questões da Saúde e do Direito em relação a pessoa idosa..  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: / Mestrado profissional: (4) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / Ronaldo Bezerra de Queiroz - Integrante / Maria Adelaide Silva Paredes Moreira - Integrante / Angelica Gurgel Bello Butrus - Integrante / Maria dos Remédios Gonçalves dos Santos - Integrante / ANGELINI GURGEL BELLO BUTRUS - Integrante / PAULO CORDEIRO FONTES - Integrante.

## Grupos e Redes de Pesquisa

### Perspectivas e novos desafios de humanização do Direito Civil-Constitucional –

Líder: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

### 2018 - Atual

#### 1. DESAFIOS DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Descrição: O jurista, muitas vezes, tem os olhos fixos no passado, nas realidades pretéritas ou presentes e palpáveis, factíveis. Em geral, regulamentam-se os fatos, manifestações concretas, verificadas no presente, iniciadas (ou mesmo terminadas) no passado. É preciso, todavia, mirar o futuro e adotar um comportamento propositivo, vanguardista, para que os problemas do porvir, quando se tornarem presentes, não careçam de regulamentação jurídica e encontrem bases sólidas de reflexão. O

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

comportamento do jurista (e, neste domínio, também do legislador), insista-se, tende à inércia. Passa o tempo, mudam as realidades, inauguram-se novos parâmetros, novos valores. Caduca a lei e, com ela, os pilares doutrinários já construídos e solidificados. As categorias jurídicas outrora propostas e consolidadas tornam-se manifestamente insuficientes para reger toda a gama das novas realidades, puras ficções de outros tempos. Justificar esta assertiva não é tarefa árdua: basta analisar o modo como a ciência e a tecnologia provocaram abalos na seara do Biodireito e do Direito das Famílias, sobretudo com a possibilidade de práticas como a gestação de substituição, a criopreservação de gametas para fecundação póstuma e a fertilização in vitro, entre outras. Partindo-se da hipótese já suscitada, concernente aos diversos dilemas impostos pelos avanços tecnológicos, questiona-se, à partida, sobre os impactos jurídicos da criação de seres robóticos, dotados de inteligência artificial. Qual seria sua natureza jurídica? Seriam considerados meras coisas, simples objetos de direitos postos à disposição das pessoas? Ou seria possível considerá-los, enquanto seres inteligentes e autônomos, novos sujeitos de direitos próprios, ao lado das pessoas naturais e jurídicas? Neste caso, em se considerando a hipótese da consagração de uma terceira via no âmbito dos entes dotados de personalidade no Direito brasileiro, o que dizer da possibilidade de estas novas pessoas poderem praticar atos jurídicos, tais como contratos e casamentos? Seriam tais seres responsáveis civil e criminalmente pelos próprios atos, sobretudo quando se revelem ilícitos ou lesivos aos interesses alheios? Por fim, caso uma pessoa possa transmitir sua memória e sua inteligência a uma máquina, seria esta a continuidade das relações mantidas por aquela, mesmo depois de sua morte? Mais do que analisar a possibilidade do surgimento de novos atores no universo das relações jurídicas, como enquadrar jurídica e eticamente a prática da clonagem humana? seja da inteireza da pessoa ou de partes do seu corpo? Ainda que a questão perpassasse pela aplicação da Lei de Biossegurança no Brasil, que veda a aludida prática, qual seria a natureza jurídica de um clone humano, criado à margem da lei? Seria um novo ser humano, ou extensão da personalidade de sua matriz humana? Como se daria a responsabilidade civil e penal pelos eventuais atos lesivos e delituosos praticados por um clone? Ainda em tema de clonagem humana, o que dizer da perspectiva da reprodução de órgãos, tecidos e partes do corpo humano por esta via? Em reflexão ainda mais aprofundada, quais seriam as respostas do Direito para a eventual comercialização de partes do corpo humano que tenham sido manipuladas em laboratório? E diante das hipóteses de criopreservação de órgãos, ou mesmo do corpo humano como um todo, como reger as vicissitudes éticas e jurídicas concernentes a tais práticas, ante a evidente lacuna legislativa acerca da matéria no Brasil? No caso de clonagem ou de manipulação artificial de órgãos humanos, caberia romper com a vedação da comercialização de partes do corpo humano e passar a considerá-las como coisas próprias para o comércio? O escopo fundamental da pesquisa proposta consiste em definir os parâmetros e limites que balizam os problemas acima assinalados, entre diversos outros que seguramente surgirão com o avançar da investigação..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

Integrantes: Adriano Martelete Godinho - Coordenador.

## 2. DIREITO, ARTE, TECNOLOGIA E FICÇÃO CIENTÍFICA

Descrição: Este projeto de iniciação científica tem o propósito de colocar em pauta os rumos por que podem passar as tradicionais instituições que, há milênios, constituem os pilares fundamentais do mais antigo de todos os ramos do Direito: o Direito Civil. Com efeito, os principais institutos civis ? a saber, os contratos, a propriedade e a família ? assentam suas raízes no Direito Romano. Não por acaso, constantemente se evoca a ideia de que os romanos foram gigantes no Direito Privado (de que é parte, por excelência, o Direito Civil) e pigmeus no Direito Público. Há séculos, o Direito Romano já sistematizava as bases do que seria o Direito Civil contemporâneo, eis que diversos fenômenos ainda hoje contemplados pelo Código Civil brasileiro, como as obrigações, a responsabilidade civil, a usucapião e tantos outros ? para além dos pilares estruturantes já citados ? já continham específica e avançada previsão em Roma. As tradicionais bases do Direito Civil, todavia, são constantemente acuadas e postas em xeque com o surgimento de realidades? ou ao menos de hipóteses que, embora fictícias hoje, podem se materializar em um futuro breve em relação às quais a legislação torna-se defasada, obsoleta. Basta ter como exemplo os atos e as relações jurídicas travadas na internet: apenas em 2014, com o advento do Marco Civil da Internet no país, houve finalmente o estabelecimento de diretrizes jurídicas para a resolução de conflitos verificados no âmbito virtual. Questões como a chamada pornografia de vingança? (revenge porn, como se tornou mundialmente conhecida a prática da difusão de imagens de caráter sexual ou pornográfico como instrumento de vingança, em geral, pela ruptura de relações afetivas), a massiva contratação eletrônica, os aplicativos, sistemas e meios de comunicação instantâneos e a possível responsabilização civil não apenas dos usuários infratores, como dos próprios provedores de internet, já reclamavam adequada intervenção legislativa há muito tempo. O projeto que ora se propõe, acompanhado por um plano de trabalho, tende a apontar novos caminhos para as velhas instituições civis. A proposta é a de analisar de que modo os avanços tecnológicos, em particular, vêm consolidando realidades que outrora não passavam de teses de ficção científica. Para além disso, uma leitura multi e transdisciplinar permitirá averiguar como as manifestações artísticas ? com especial acento para o cinema ? prestam seu contributo para fomentar a viragem e a transcendência das realidades postas, por meio da abordagem de temáticas como a inteligência artificial e animal, a ocupação por seres humanos de outros planetas e a eventual manifestação de vida autônoma e inteligente alienígena e o surgimento de novos sujeitos de direitos, entre outras possibilidades..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (6) .

Integrantes: Adriano Marteleto Godinho - Coordenador / Ana Carolina do Rego Costa Ferraz - Integrante.

2016 – 2017

## 3. DIREITO, ARTE, FICÇÃO CIENTÍFICA E AVANÇOS TECNOLÓGICOS: AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO CIVIL

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Descrição: Este projeto de iniciação científica tem o propósito de colocar em pauta os rumos por que podem passar as tradicionais instituições que, há milênios, constituem os pilares fundamentais do mais antigo de todos os ramos do Direito: o Direito Civil. Com efeito, os principais institutos civis a saber, os contratos, a propriedade e a família ? assentam suas raízes no Direito Romano. Não por acaso, constantemente se evoca a ideia de que os romanos foram gigantes no Direito Privado (de que é parte, por excelência, o Direito Civil) e pigmeus no Direito Público. Há séculos, o Direito Romano já sistematizava as bases do que seria o Direito Civil contemporâneo, eis que diversos fenômenos ainda hoje contemplados pelo Código Civil brasileiro, como as obrigações, a responsabilidade civil, a usucapião e tantos outros para além dos pilares estruturantes já citados ? já continham específica e avançada previsão em Roma. As tradicionais bases do Direito Civil, todavia, são constantemente acuadas e postas em xeque com o surgimento de realidades? ou ao menos de hipóteses que, embora fictícias hoje, podem se materializar em um futuro breve em relação às quais a legislação torna-se defasada, obsoleta. Basta ter como exemplo os atos e as relações jurídicas travadas na internet: apenas em 2014, com o advento do Marco Civil da Internet no país, houve finalmente o estabelecimento de diretrizes jurídicas para a resolução de conflitos verificados no âmbito virtual. Questões como a chamada pornografia de vingança? (revenge porn, como se tornou mundialmente conhecida a prática da difusão de imagens de caráter sexual ou pornográfico como instrumento de vingança, em geral, pela ruptura de relações afetivas), a massiva contratação eletrônica, os aplicativos, sistemas e meios de comunicação instantâneos e a possível responsabilização civil não apenas dos usuários infratores, como dos próprios provedores de internet, já reclamavam adequada intervenção legislativa há muito tempo. O projeto que ora se propõe, acompanhado por um plano de trabalho, tende a apontar novos caminhos para as velhas instituições civis. A proposta é a de analisar de que modo os avanços tecnológicos, em particular, vêm consolidando realidades que outrora não passavam de teses de ficção científica. Para além disso, uma leitura multi e transdisciplinar permitirá averiguar como as manifestações artísticas ? com especial acento para o cinema ? prestam seu contributo para fomentar a viragem e a transcendência das realidades postas, por meio da abordagem de temáticas como a inteligência artificial e animal, a ocupação por seres humanos de outros planetas e a eventual manifestação de vida autônoma e inteligente alienígena e o surgimento de novos sujeitos de direitos, entre outras possibilidades..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

Integrantes: Adriano Marteleto Godinho - Coordenador.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**2017 - 2018**

## 1.O POSITIVISMO JURÍDICO NA PERIFERIA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DE SETORES DO CAMPO JURÍDICO NA PARAÍBA

Descrição: Projeto de Pesquisa que conta com 4 planos de trabalho (1 PIBIC e 3 PIVIC), voltado à observação de formas de expressão da ideologia do positivismo jurídico no âmbito da Justiça Cível, da Justiça Penal, da Justiça Trabalhista e da Educação

Situação: Concluído; Natureza: Jurídica..  
Alunos envolvidos: Graduação: (4) Pesquisa.

Integrantes: Ana Lia Vanderlei de Almeida - Coordenador / MAYLLA CAVALCANTE DE LACERDA - Integrante / FERNANDA ESTER COSTA MACHADO - Integrante / Paulo César MONTEIRO DE CARVALHO - Integrante / MARIA LUISA SOUSA VIDAL - Integrante.

**2017 – Atual**

### 1. O POSITIVISMO JURÍDICO NA PERIFERIA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DE SETORES DO CAMPO JURÍDICO NA PARAÍBA

Descrição: No projeto de pesquisa intitulado O positivismo jurídico na periferia do capital: uma análise de setores do campo jurídico na Paraíba?, busca-se problematizar como a ideologia do positivismo se expressa nas práticas reais dos juristas cumprindo certas funções relacionadas ao desenvolvimento da forma jurídica na periferia do capitalismo. A pesquisa insere-se no campo de investigação do papel das ideologias no funcionamento do complexo jurídico. No interior do tema ?Direito e Ideologia?, a pesquisa parte da noção de ideologia em uma abordagem ontológica, isto é, ocupada com as funções que a ideologia, no caso, o positivismo jurídico, exerce nas práticas reais dos juristas..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (4) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0)

Integrantes: Ana Lia Vanderlei de Almeida - Coordenador / Maria Luisa Sousa Vidal - Integrante / César Monteiro de Carvalho - Integrante / MAYLLA CAVALCANTE DE LACERDA - Integrante / FERNANDA ESTER COSTA MACHADO - Integrante.

## Grupos e Redes de Pesquisa

### Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa em Direito e Sociedade na América Latina –

Líder: Fernando Joaquim Ferreira Maia

#### 2019 – Atual

1. RETÓRICA, DIREITO À CIDADE E PODER JUDICIÁRIO: as ideias sobre o direito à moradia nas decisões judiciais do Superior Tribunal de Justiça depois do Novo Código Civil

Descrição: EDITAL 01/2019/PROPEQ SELEÇÃO DE PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2019/2020.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - Integrante / KLIVIA LARISSA CARDOSO DA COSTA - Integrante.

Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa. Número de orientações: 1

#### 2018 – 2019

2. O direito à cidade a partir da crise do capitalismo e o seu impacto na discussão do processo de formação de gestores e planejadores urbanos

Descrição: EDITAL 01/2018/PROPEQ SELEÇÃO DE PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2018/2019.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (15) / Mestrado acadêmico: (6) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - Integrante / Wagner José de Aguiar - Integrante / Rafaela Patricia Inocencio da Silva - Integrante / Isadora Luisa Ramos Egypto Queiroga - Integrante / Adalgisa Maux Costa - Integrante / GABRIELLA DE MIRANDA HENRIQUES CAVALCANTE - Integrante / GUILHERME CASTRO NUNES MESQUITA - Integrante / KLIVIA LARISSA CARDOSO DA COSTA - Integrante / Anna Karla da Silva Brisola - Integrante / Ari Gledson Batista Ferreira - Integrante / Bruna Lis Tavares Moura - Integrante / Elias Tavares de Vasconcelos Filho - Integrante / Fernanda Priscilla de Sousa Marques - Integrante / Ingrid Andrade Ramos - Integrante / João Batista de Souza - Integrante / Marana Sotero de Sousa - Integrante / Osmar Caetano Xavier - Integrante / Poliana de Oliveira Silva - Integrante / Priscilla Karla da Silva Marinho - Integrante / Áurea Nascimento de Siqueira Mesquita - Integrante.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 27 / Número de orientações: 13

### 2017 – 2019

3. A (in)efetividade dos direitos humanos e ambientais na crise do capitalismo a partir da América Latina

Descrição: Processo n. 23074.073139/2017-61 Sub-projetos: RETÓRICA, DIREITO À CIDADE E PODER JUDICIÁRIO: as ideias sobre o direito à moradia nas decisões judiciais do Superior Tribunal de Justiça depois do Novo Código Civil (2019- em andamento) O direito à cidade a partir da crise do capitalismo e o seu impacto na discussão do processo de formação de gestores e planejadores urbanos (2018-2019).  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (4) / Mestrado acadêmico: (6) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 28 / Número de orientações: 5

### 2016 – 2017

4. A (in)efetividade dos direitos humanos e ambientais na crise do capitalismo a partir da América Latina

Descrição: Este projeto tem como ponto de partida a complexidade e da crise ambiental na América Latina. O projeto tem como objeto a crise a partir da complexidade da América Latina e seus reflexos na cidadania. Nesse sentido, o projeto reconhece que a crise no direito é reflexo da colonialidade da formação social, econômica, política, cultural e histórica em que a América Latina está inserida dentro do quadro de correlação de forças..  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (15) / Mestrado profissional: (5) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Belinda Pereira da Cunha - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal Rural de Pernambuco - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 44 / Número de orientações: 4

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**Grupos e Redes de Pesquisa**

**Filosofia do Direito e Pensamento Político** –

Líder: Newton de Oliveira Lima

**2019 – Atual**

**1. O DIREITO SOCIOAMBIENTAL E O CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO LATINO-AMERICANO: POR UM CONSTITUCIONALISMO SOCIOECOLÓGICO NA SOCIEDADE CONSUMOCENTRISTA**

Descrição: No presente projeto objetiva-se analisar a relação do direito socioambiental e do constitucionalismo latino-americano na sociedade consumocentrista atual para vislumbrar a possibilidade de um constitucionalismo socioecológico no Estado Socioambiental e/ou Socioecológico Democrático de Direito. Também visa-se estudar os problemas socioambientais na sociedade consumocentrista e propor a minimização dos mesmos a partir de uma visão inserida pelo constitucionalismo democrático latinoamericano. Os direitos da natureza voltam a debater a questão da territorialidade e modos de vida não capitalistas (de povos indígenas e comunidades tradicionais) que possibilitam sua reprodução e diversidade. Outra questão importante é que os direitos da natureza colocam o conceito de limite ao desenvolvimento. Este ponto é o mais polêmico, pois apenas estabelecendo limites ao desenvolvimento seria possível considerar um Estado socioecológico, democrático e participativo. Além disso, ao final do projeto pretende-se implementar o estudo através de uma proposta de projeto de lei ou de emenda constitucional..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Newton de Oliveira Lima - Integrante / CLEIDE CALGARO - Coordenador / AGOSTINHO KOPPE - Integrante.

**2017 – 2018**

**2. CRÍTICA DO DIREITO LIBERAL EM HABERMAS**

Descrição: O Direito liberal é criticado por J. Habermas em suas bases de legitimação, no seu formalismo, sua vinculação ao liberalismo clássico, sua ideia de Estado de Direito garantidor apenas da separação de poderes e dos direitos civis fundamentais; Habermas exige democracia deliberativa para aplicar ao Estado de Direito sua mobilidade legitimatória democrática. O marco da pesquisa é a descrição do modelo estatal e político liberal narrado em "Direito e Democracia" como obra básica do autor pesquisado, ele aplica as ideias de razão comunicativa e sua sociologia política na análise do Direito liberal, de suas constituições liberais nos Eua, Inglaterra e Alemanha

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

por exemplo. Os modelos republicano, democrático-procedimental, deliberativo são a base da análise crítica do liberalismo..  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Newton de Oliveira Lima - Coordenador / GUILHERME CASTRO NUNES MESQUITA - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 8 / Número de orientações: 5

### 2015 – 2017

#### 3. A LIBERDADE POLÍTICA DO CIDADÃO: limites e novas funções à luz do constitucionalismo democrático

Descrição: Saber se o cidadão possui de fato o poder de criticar o Estado, assoma como problema jurídico-político, dado que a liberdade política enquanto direito subjetivo público deve se caracterizar mediante sua função crítica ao Estado e, portanto, eficaz à luz de uma efetiva possibilidade de exercício de cidadania ativa e não apenas reduzir essa última ao direito de votar, ser votado, filiar-se a partido político etc. A liberdade política é expressa como cidadania ativa, uma cidadania que pode ocasionar aquilo que Robert Dahl (2005, p. 296 ss) denomina de poliarquia, vários níveis de poder em um sociedade democrática, o Estado, o poder econômico, e o poder da sociedade civil através do exercício da ?contestação pública? ao poder constituído. Num país sem tradição de contestação pública como o Brasil, a cidadania foi solapada por elites exploratórias que não criam condições de desenvolvimento social e educacional (BONAVIDES, 2004, p. 20), os direitos políticos assegurados constitucionalmente devem ser exercidos em um sentido ampliado que possa congrega sua previsão jurídico-constitucional com sua esfera de realização no discurso crítico. O fato é que nosso sistema jurídico-constitucional prevê direitos constitucionais, mas não os dota de um efetivo canal para a fluência de um meio discursivo de realização das normas constitucionais, ficando a liberdade política presa ao formalismo da existência dos instrumentos constitucionais e a inefetividade da práxis discursiva como consciência de efetivação de direitos. A ausência por parte do cidadão do que é a consciência da liberdade política como liberdade de crítica ao Estado. O conceito de Estado na tradição positivista deverá ser criticado: é inconsistente qualquer proposta de normativismo puro, sem a ideia de liberdade como guia e crítica ao próprio Estado. Sem a ideia de liberdade política como desenvolvimento da perspectiva crítica ao Estado, esse se torna legítimo em si mesmo, como pura normatividade, e implica na ideia de que o fundamento da sua relação com a forma jurídica é abstrata, quando na verdade a existência do Direito se vincula ao ser humano e sua condição inalienável e racional de liberdade. A autonomia do sujeito torna o Direito seu instrumento de defesa de liberdade, sem isso o sujeito não prospera ante ao conceito de Estado, pois a violência desse o atacará se for eventualmente guiado por um governo não democrático e a liberdade não for considerada um princípio jurídico-racional. Liberdade como meio de contestação significa capacidade de ampliação da esfera discursiva do sujeito sobre as normas do Estado. A justificativa, portanto, consiste em propor uma nova esfera de cidadania ativa

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

como reflexo da liberdade política crítica ao Estado, uma esfera não mais passiva de previsão de direitos puros ou instrumentais, mas uma esfera crítico-discursiva que represente normas a partir da capacidade discursiva dos cidadãos, que não se esgota na cidadania formal ou passiva, mas vá além e represente um discurso crítico-político em constante exercício perante as instituições jurídicas. Isso é relevante para desconstruir a acomodação estrutural da cidadania brasileira que se contenta com as funções meramente formalistas da liberdade política. Nossa hipótese é que a liberdade política deve ser pensada através de uma discursividade institucionalizada ampliada e de uma cidadania ativa bem melhor instrumentalizada do que a atual, e para isso é necessário estudar formas de ampliação e efetivação (por instrumentos jurídicos) do discurso jurídico-político perante as instituições estatais. O objetivo consiste em diagnosticar a forma de cidadania estruturada no Brasil, seus instrumentos e suas relações formativas a partir do debate parlamentar..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Newton de Oliveira Lima - Coordenador / ERICLESTON LOPES DE QUEIROZ MEDEIROS - Integrante.  
Financiador(es): UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 4

### Grupos e Redes de Pesquisa

#### Análise de Estruturas de Violência e Direito –

Líder: Sven Peterke e Robson Antão de Medeiros

#### 2018 – Atual

1. Transnational Organized Crime

Descrição: Projeto de publicação - capítulo para o Oxford Handbook on the International Law of Global Security, editorado por Nils Melzer e Robin Geiss..  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Sven Peterke - Coordenador / Pierre Hauck - Integrante.

2. Mediendemokratie und Verfassungskontrolle in Brasilien

Descrição: Projeto de publicação sobre a pressão política gerada pela media e seu impacto no controle de constitucionalidade, usando como exemplo a intervenção federal no Rio de Janeiro.  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Sven Peterke - Coordenador.

2016 – 2017

3. Kriegsverbrechen jenseits bewaffneten Konflikte?

Descrição: Projeto de pós-doutoramento.  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0).

Integrantes: Sven Peterke - Coordenador.

Grupos e Redes de Pesquisa:

**Trabalho e Desenvolvimento: Influxos e Dissensões –**

Líder: Maria Aurea Baroni Cecato

2019 – Atual

1. REFORMA DOS DIREITOS SOCIOLABORAIS: IMPACTOS, RETROCESSOS E DESAFIOS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Descrição: Os confrontos ideológicos quanto à perspectiva econômica dos direitos sempre foi questão essencial na mensuração de sua relevância e, evidentemente, na sua efetivação. A compreensão ideológica que recobre os direitos de matizes diversas (civis, políticos, sociais, econômicos, ambientais etc.), leva a uma compreensão também diversa dos direitos, especialmente quando se contrapõem os direitos civis aos direitos sociais. Para a sua realização, os direitos sociais exigem que sejam adotadas medidas, por intermédio das políticas públicas, como mecanismo essencial para sua efetivação. Assim, é questão pontual nas discussões das diversas áreas das ciências sociais aplicadas, em especial, nas Ciências Jurídicas, a concretização dos direitos sociais, especialmente, na sua perspectiva mais tradicional que são os direitos laborais. Muito mais clara é a relevância das discussões sobre os direitos laborais, no contexto atual brasileiro, em que medidas, das mais variadas esferas de poder, têm sido intentadas no sentido da sua mitigação, especialmente, na esfera do Poder Legislativo. O cenário

sociopolítico atual, no qual se estabelece a eficácia dos direitos humanos e a realização da dignidade humana como parte de um custo que deve ser limitado, a proteção aos direitos do trabalhador passa a ser considerado empecilho que precisa ser eliminado. Ao contrário da prioridade normativa, para a atuação pública, conforme se delineou no texto constitucional, o que se percebe, pois, é uma crescente onda ideológica neoliberal que tem atacado pelas mais diversas faces o direito do trabalho. Em face da apreensão dos direitos humanos do trabalhador, como direitos que merecem guarita e efetividade no contexto hodierno, tornam-se relevantes as pesquisas nas quais se toma em consideração a inserção socioeconômica e laboral dos cidadãos, como pressupostos para a realização efetiva do desenvolvimento. A Reforma Trabalhista promovida pela Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 e que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 estabeleceu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma série de modificações que levaram a uma reorientação drástica do direito do trabalho. Nesta senda, a chamada Reforma Trabalhista, é o grande paradigma no intento de esfacelamento e retrocesso dos direitos sociolaborais. O Estado, que pelas determinações constitucionais, deve ser o principal garantidor dos direitos humanos do trabalhador tem se tornado o principal desconstrutor destes direitos, tornando legítimas situações que até 2017, seriam inimagináveis na esfera de proteção social, abrigada na nossa Constituição. Dessa forma, as inúmeras reformas legais, as quais atingem diretamente o rol de direitos sociais dispostos na Constituição Federal, eminentemente, no seu artigo 6º, revelam o que Bercovici (2006) considerou chamar "Constituição dirigente invertida", que se consolida com a reordenação dos direitos sociais a um mero e utópico projeto para o futuro. É o retorno neoliberal como perspectiva de superação das crises institucionais, estruturais e filosóficas pelas quais passa o Estado Social, e que intenta, claramente a sua eliminação..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Coordenador / ANNA LUIZA DE CARVALHO LISBOA - Integrante / ANDERSON CANDEIA PORTO - Integrante / GIULIA OHANA LEITE GUIMARAES - Integrante / JESSICA DE OLIVEIRA LUNA - Integrante.

## 2017 – Atual

### 2. Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa em Direito e Sociedade na América Latina

Descrição: O núcleo é focado na crítica/ação contra-hegemônica e tem por objetivo desenvolver ações inovadoras de ensino, pesquisa e extensão, marcadas pelo diálogo contra-hegemônico, multi e transdisciplinar entre saberes jurídicos e não jurídicos. O grupo começou em maio de 2009, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE, quando conseguiu aprovar o seu primeiro projeto de pesquisa. A partir daí esteve fortemente vinculado à defesa dos interesses dos camponeses, principalmente quanto ao acesso à terra. Em 2010 foi transferido para o Campus de Dois Irmãos, da UFRPE, e passou a atuar também nas questões ligadas ao meio ambiente. O grupo foi crescendo e se consolidando. Já passaram por ele várias dezenas de alunos de graduação e pós-

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

graduação. Atualmente é composto por uma equipe de docentes e de discentes, oriunda de diferentes áreas de formação, desde as Ciências Sociais e Humanas até as Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais. Hoje também atua na Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador.

### 2016 - 2019

#### 3. Direito humano ao trabalho e desenvolvimento no contexto do Estado de Bem-Estar Social e(m) crise

Descrição: Em face da apreensão dos direitos humanos do trabalhador, como direitos que merecem guarita e efetividade no contexto hodierno, tornam-se relevantes as pesquisas nas quais se toma em consideração a inserção socioeconômica e laboral dos cidadãos, como pressupostos para a realização efetiva do desenvolvimento. Ao tratar da necessidade de efetivar os direitos humanos do trabalhador é essencial que seja considerado o protagonismo do Estado, enquanto ente promotor e garantidor da eficácia dos direitos humanos, o qual é revelado de modo mais claro pela análise da constitucionalidade das ações e políticas sociais. Ocorre que, hodiernamente, o Estado Social e o próprio constitucionalismo são postos à prova, uma vez que o seu agigantamento, acompanhado das inúmeras mazelas decorrentes da má gestão, ineficiência, corrupção e burocracia impedem que a efetivação dos direitos humanos, especialmente os direitos sociais, ocorra. Reforça-se, então, o papel social do Estado de Bem-Estar Social preocupado com o desenvolvimento socioeconômico viabilizado por meio das práticas das ações sociais, as quais são determinadas por uma ligação clara entre o ideal de solidariedade, mas implementadas num contexto capitalista e, atualmente, de grave crise econômica..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (5) / Mestrado acadêmico: (4) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Coordenador / Mariana de Souza Alves Meireles - Integrante / Yasmin Rolim de Souza - Integrante / Raphael Silva de Castro Lima - Integrante / Nayra Luíza Vilarim Pereira - Integrante / Rayanne Aversari Camara - Integrante / Caroline Helena Limeira Pimentel Perrusi - Integrante / Rafael Camara Norat - Integrante.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Grupos e Redes de Pesquisa

**História do Direito e Constitucionalismo** –

Líder: José Ernesto Pimentel Filho

**2018 – 2019**

1. Repensar o Autogoverno: Liberdade, Status Quo e Democracia no Constitucionalismo Original

Descrição: A realização efetiva da igualdade e do respeito enquanto pessoa humana demanda uma cultura política do autogoverno, de forma que os próprios indivíduos se imponham a si como prioridade, sem descuidar do cuidado do Outro numa pedagogia que não é nova, mas precisa ser reaprendida com novos significados. Será procedida ao longo da pesquisa o estudo dos fundamentos da hermenêutica dos acontecimentos iniciando pelo estudo das identidades coloniais, passando pela Revolução Americana e pontuando casos da suprema corte de crucial significação constitucional no século 19..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (2) /  
Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (3) .

Integrantes: José Ernesto Pimentel Filho - Coordenador / Marcio Augustus Barbosa Leite Timotheo - Integrante / Franklin Sóstenes Soares Alcântara - Integrante / Maria-Vitória Souza Alencar - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 2

**2016-2017**

2. Autogoverno: Liberdade, Status Quo e Retrocesso de Direitos no Constitucionalismo Original de 1787

Descrição: O autogoverno como valor constitucional acabou por criar a ideia de que ?entre nós?, os homens livres ? pertencentes em sua massiva maioria à raça social branca ? deve haver igualdade, segurança nacional, bem estar, garantia de direitos, prosperidade e reserva dos melhores recursos aos nossos descendentes. Em contrapartida, de forma não explícita no plano do discurso, esta comunidade de iguais está preparada para atacar os Outros em tudo que puder implicar uma estratégia de dominação abrangente. Em linhas mais gerais, os principais campos expressos da sustentação do discurso legal da Constituição americana são aqueles enunciados no seu preâmbulo: poder político, segurança, bem-estar e posteridade. De uma forma conotativa, língua e predestinação divina estão circulando em torno desses conceitos, embora isto não esteja expresso..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (3) / Doutorado: (4) .

Integrantes: José Ernesto Pimentel Filho - Coordenador / Gina Vidal Marcilio Pompeu -

Integrante.

Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 8

### 2019 – Atual

Os Direitos Humanos como projeto de sociedade

Descrição: É uma pesquisa que analisa os Direitos Humanos enquanto um projeto de sociedade, considerando seus vários aspectos, elementos e desafios para sua efetivação na sociedade contemporânea..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Joao Batista Moreira Pinto - Coordenador / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante.

### 2011 – 2018

Os Direitos Humanos como projeto de sociedade

Descrição: O processo de constituição dos Direitos Humanos. Os documentos fundadores como resultados sócio-históricos. O projeto liberal de sociedade e os Direitos Humanos. O projeto socialista de sociedade e os Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como projeto de sociedade. A dimensão projetiva e a dimensão da efetivação dos Direitos Humanos. Atores do processo de efetivação dos Direitos Humanos..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Joao Batista Moreira Pinto - Coordenador / Caio Augusto Souza Lara - Integrante.

Número de produções C, T & A: 32 / Número de orientações: 9

## 2011 – 2018

Direitos Humanos, Meio Ambiente, Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos e processos de construção da Sustentabilidade

Descrição: Pesquisar os Direitos Humanos enquanto um projeto de sociedade e sua articulação e integração com a dimensão ambiental, considerando as referências de uma Epistemologia Ambiental e dos Direitos Humanos, bem como o processo de construção da sustentabilidade, incluindo seus atores, metodologias, conflitos e transversalidades vinculadas a aspectos fundamentais como: elementos econômicos, políticos, sócio-históricos, culturais, educacionais e éticos. Para 2016, após produção relativa à pesquisa empírica sobre concepções de Direitos Humanos e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, realizada no ano anterior, o grupo se propõe a retomar a reflexão e a produção teórica em torno das ambiguidades ou mesmo contradições que caracterizam a realidade ambiental e as construções em torno de um Desenvolvimento Sustentável, como realidades que integram e contribuem para a compreensão da realidade plural e complexa dos Direitos Humanos..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (7) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Joao Batista Moreira Pinto - Coordenador / Alexandre Bernardino Costa - Integrante / Maria Emília da Silva - Integrante / Lucas Augusto Tomé Kanna Vieira - Integrante / Pier Giorgio Senesi Filho - Integrante / Lucas Magno Oliveira Porto - Integrante / Caio Augusto Souza Lara - Integrante / Lisiane Aguiar Henrique - Integrante / Vânia Ágda de Oliveira Carvalho - Integrante / Fernando Rodrigues de Freitas - Integrante / Rogério Farinha Silva Nunes Baeta - Integrante / Diego Bezerra Alves - Integrante / Tânia Maria dos Santos Scarabelli - Integrante.

Número de produções C, T & A: 29 / Número de orientações: 10

## 2016 – Atual

Intersecções Direito, Filosofia, Literatura e Artes Liberais

Descrição: Essa linha de pesquisa, orientada metodologicamente pela transdisciplinariedade, objetivará promover a interlocução, seja no campo da pesquisa científica seja nos campos da extensão universitária e da execução de atividades culturais com as demais áreas de conhecimento que direta ou indiretamente permitam alargar a compreensão dos estudos e pesquisas desenvolvidos mediante o diálogo com a filosofia, a literatura e as artes liberais..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Leonam Baesso da Silva Liziero - Coordenador / Marcus Vinicius Xavier

de Oliveira - Integrante / Jovanir Lopes Dettoni - Integrante / Magnus Dagios - Integrante.

## Grupos e Redes de Pesquisa

### NUPOD

Líder: Luciano do Nascimento Silva

#### 2014 – Atual

#### 1. Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Redes Públicas de Ensino

Descrição: Pode-se afirmar que não só na modernidade, com o advento do modelo capitalista que valorizava a figura do trabalho e por isso precisava do homem em perfeitas condições, mas ao longo de toda história, há uma visão da deficiência pela sociedade como um problema pessoal do indivíduo, como se a sociedade nada tivesse o que fazer a respeito. O indivíduo com deficiência é que teria que se adaptar à sociedade, seja por meio da reabilitação, ou qualquer outro meio, e não a sociedade teria que se adaptar aos indivíduos. Toda essa carga negativa que a pessoa com deficiência recebeu ao longo da história é reflexo da falta de informação dos indivíduos e da falta de conhecimentos científicos e jurídicos a esse respeito. Com a modernidade e o fenômeno do constitucionalismo moderno surgem as primeiras ideias de direitos humanos, direitos inatos ao indivíduo, esse fenômeno, aliado aos avanços na área médica e no conhecimento científico representou um grande avanço na visão social sobre a pessoa com deficiência. A deficiência foi aos poucos sendo desvinculada do misticismo que a muito tempo a cercava. Métodos de reabilitação e inserção do deficiente na sociedade foram sendo desenvolvidos. Houve também uma evolução e extensão e garantia de direitos que anteriormente só eram garantidos a pessoas sem deficiência. É nesse cenário que queremos situar a nossa problemática: um cenário no qual há a existência de cartas constitucionais que asseguram os direitos da pessoa com deficiência e proíbe qualquer ato discriminatório. Os direitos do deficiente evoluem e determinam a inserção de pessoas com deficiência nas redes públicas de ensino, determinam que as redes públicas estejam preparadas para receber estas pessoas com estrutura adequada e uma equipe profissional preparada, que a deficiência não é só uma preocupação do indivíduo de forma unitária, mas deve ser uma preocupação da população em geral e do Estado. O Estado democrático de direito deve fornecer meios que capacitem esses indivíduos a fim de que eles possam exercer seus direitos, estar incluídos, ter acesso ao mercado de trabalho. Um exemplo desse compromisso do Estado são as cotas para pessoas com deficiência em concursos públicos. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Luciano do Nascimento Silva - Coordenador / Bruno Vinícius Soares da Silva - Integrante / Ana Paula Cardoso de Almeida - Integrante / Luíza Cavalcante -

Integrante.

## 2013 – Atual

2. Núcleo de Estudos sobre a Violência no Agreste paraibano (NEVAP) - Violação dos Direitos Humanos, Violência Doméstica, Fatores criminógenos, Prevenção e Enfrentamento à Violência

Descrição: O projeto de pesquisa científica tem por objetivação desenvolver atividade de investigação empírica sobre a violência familiar e doméstica contra a mulher na região do brejo paraibano. É a tradução de uma iniciativa de parceria entre o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba (CRDHA), do Centro de Humanidades, Campus III, Guarabira (CH), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado da Paraíba, em Guarabira (4ºBPM/PB). A parceria de caráter acadêmico, científico e de política de segurança pública fez nascer o Núcleo de Estudos sobre a Violência no Agreste Paraibano (NEVAP), que é um órgão de pesquisa e investigação no campo da violência, formado por um Departamento e três Secretarias. O órgão terá seu funcionamento físico nas instalações do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba (CRDHA), no Centro de Humanidades, Campus III, Guarabira (CH), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O NEVAP assume a função, através do processo de pesquisa e investigação, de analisar as diversas vertentes da violência ocorridas na região do Agreste Paraibano, para o projeto supra a violência familiar e doméstica contra a mulher. A pesquisa dar-se numa ação de investigação científica conjunta com o 4ºBPM/PB em Guarabira, no espaço geográfico das 25 cidades sob a jurisdição do comando militar. Para tanto, os pesquisadores deverão produzir dados, informações, relatórios, artigos e textos de caráter científico com a maior fidedignidade possível, através da metodologia mais apropriada, dentro das possibilidades oferecidas pelo órgão referenciado. Os estudos, pesquisas e investigações realizadas pelo NEVAP, materializadas através da análise estatística de cunho jurídico, criminal, econômico, cultural e social da violência, sob uma visão atualizada e contextualizada dos fatores criminógenos, servirão de subsídios para ações afirmativas estatais, sobretudo, na melhoria das estratégias de segurança e desenvolvimento social, através da indicação de atividades preventivas e repressivas..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (3) .

Integrantes: Luciano do Nascimento Silva - Coordenador / José Luciano Albino Barbosa - Integrante / Allan Jones Andreza Silva - Integrante / Leomar da Silva Costa - Integrante / Vivicléa Aneyronis de Oliveira Soares - Integrante / Brenda Ferreira Brilhante - Integrante / Ruan Nunes Vicente - Integrante.  
Financiador(es): Università del Salento - Cooperação.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**2018 – Atual**

Dever de contribuir aos cofres públicos e a função socioeconômica do tributo

Descrição: A pesquisa indagará o sistema tributário no que atine os seus instrumentos para o exercício efetivo da cidadania, visando a relação participativa do cidadão e a defesa permanente das garantias constitucionais, tanto do próprio particular como contribuinte, assim como cidadão destinatário do bem comum. Investigar-se-á temas pertinentes a regular ação do Estado em auferir receita do patrimônio do contribuinte para manter suas despesas, assim como a escoreita postura do contribuinte frente ao dever fundamental de contribuir aos cofres públicos..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Ana Paula Basso - Coordenador.

**2015 – Atual**

Estado fiscal, cidadania e desenvolvimento.

Descrição: A pesquisa investiga o sistema tributário no que atine os seus instrumentos para o exercício efetivo da cidadania, visando a relação participativa do cidadão e a defesa das garantias e dos objetivos constitucionais. Investiga-se temas pertinentes a regular ação do Estado em auferir receita do patrimônio do contribuinte para manter suas despesas, assim como a utilização o tributo como instrumento de alcance dos objetivos Constituição Federal. Os pontos específicos objetos de análises são o dever de contribuir aos cofres públicos, o planejamento tributário, a segurança jurídica e a extrafiscalidade para alcance do desenvolvimento nacional e para a tutela do meio ambiente..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Ana Paula Basso - Coordenador / Rodrigo Lucas C. Santos - Integrante / Alex Taveira dos Santos - Integrante / Letícia de Oliveira Delfino - Integrante.



## EXTENSÃO: INTERAÇÃO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE – O IMPACTO SOCIAL DO PPGCJ (2017-2020)

Os projetos de extensão desenvolvidos por professores permanentes do PPGCJ constituem uma **medida de indução** que promove a **interação com a educação básica**, com a **educação jurídica** e com outros **setores da sociedade**. Não obstante o programa se concentrar em disciplinas jurídicas, **as áreas de concentração e as linhas de pesquisa, com forte diálogo com as Humanidades**, promovem estreita relação com a **estrutura curricular da educação básica**, com a formação de professores **em temas transversais**, na formação da cidadania de jovens e crianças e na socialização do conhecimento jurídico em temas fundamentais como o Direito Ambiental, o Direito das Cidades, o Direito Constitucional, os Direitos Humanos, o Direito à Educação, temas que compõem a agenda das Nações Unidas e que integram os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Em documento (2019), a área de Direito reconhece a existência de um déficit de informações sobre direitos na formação de professores e de alunos. Elege, para a concretização desse objetivo, a realização de **extensão, considerada como uma prática mais eficiente para a promoção do conhecimento jurídico na educação básica**. Constitui, também, um **indicador** para auferir **um maior impacto social dos programas**.

Nesse sentido, o PPGCJ, como um programa jurídico, tem se destacado na interação com a educação básica por intermédio das ações de extensão. Dos 27 (vinte e sete) professores permanentes, 23 (vinte e três) promoveram atividades de extensão no período de 2017 a 2020. Representa um percentual de **85,18% de realização de atividades de extensão pelos professores permanentes**, indicando o nível elevado de impacto social do programa e a interação com a educação básica e com a educação jurídica.

Compreende-se a extensão como uma prática de conhecimento, com unidade teoria e prática, com forte aporte em pesquisa científica. Dessa forma, extensão e pesquisa estão intimamente relacionadas. As ações de extensão do programa são desenvolvidas



pelos professores permanentes por intermédio de seus grupos de pesquisa, com a participação de mestrandos, doutorandos e alunos de graduação.

Nessa ótica, um forte componente de inovação foi a realização do Seminário de Internacionalização. Realizado pelo PPGCJ em dezembro de 2019, como uma prática de autoavaliação das atividades de internacionalização, pesquisa e extensão desenvolvidas no período de 2017 a 2019, contou com a participação de professores nacionais e estrangeiros, alunos da graduação, da pós e egressos. Constituiu um mecanismo de reflexão e autoavaliação sobre as práticas do programa e um importante instrumento de consolidação de parcerias em rede e de diálogo com a sociedade local. Seguem as informações do seminário.

**Seminar of Internationalization:  
Education on Rights, Socio-Environmental and Cultural Rights in Times of  
Transition**

The Graduate Program in Law at the Legal Sciences Center of the Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, state of Paraíba, Brazil, offers a *Master of Economic Law* degree, a *Master of Human Rights* degree, as well as a Ph.D. in *Human Rights and Development*. The chairs of the Program, Prof. Maria Creusa de Araújo Borges and Prof. Newton de Oliveira Lima with all the Faculty members and many students planned the *Internationalization Seminar on Rights, Socioenvironmental and Cultural Education in Transition Times* to be held at the Center of Legal Sciences of the UFPB on the 9<sup>th</sup>, 10<sup>th</sup> and 11<sup>th</sup> of December of 2019 as a culminating event of the internationalization activities of the last three years (2017-2019).

As an essential part of the process of internal evaluation, this program will discuss its actions considering strategic planning. We especially take this opportunity when we host such outstanding foreign scholars and collaborators from France. It is the appropriate occasion to spotlight what we have developed with regards to the academic cross-border agreements and partnerships, the ongoing co-tutelages, and the internationalization of the three research lines – i.e., subfields of investigation – of its doctorate.



Since its inception, the Graduate Program in Law of the Federal University of Paraíba features many international exchanges and cross-border knowledge, which have included crucial dialogues to Humanities. It deeply connected its scientific production to local, regional, and national needs. The development of the *Master of Human Rights* degree in 2005 already indicated its contour trending towards internationalization. The approval of the proposal was forged with the support of the Ford Foundation Brazil drawn upon the agreement established by the UFPB, the Ford Foundation, and the Carlos Chagas Foundation. That time, the Universidade Federal do Pará, the UFPB, and the Universidade de São Paulo had approved their unique projects amongst ten competitors. It is in such a context that the Program obtained the approval by the Coordination for the Improvement of High Education Personnel, CAPES, to implement its second area of concentration, Human Rights. In 2010, with the approval of the proposal of a *Ph.D. of Human Rights and Development* before the CAPES, the Program received funding from the agency through its calls as well as started to take part in higher levels of funding calls at the UFPB. All of it drove more actions of internationalization once we started witnessing the improvement of cross-border research networks, of faculty and student mobility, of publications abroad, of an organic presence of foreign professors at our university as well, whether teaching courses together with us or in participation to research groups.

In 2017, the CAPES awarded the Program with the Seal PRINT, Institutional Program of Internationalization, through the Call 41/2017. In Brazil, only 36 Institutions of higher education received such a fund, in a lively and highly competitive process that involved 109 applications. It meant the recognition of the Universidade Federal da Paraíba as an international university and this Graduate Program in Law, in association with ten other graduate programs at the UFPB, as an accredited organism by the CAPES via Print program. The thematic, DIVERSITY AND TERRITORIES: EDUCATION, LANGUAGES, CULTURAL MEDIATIONS, AND PUBLIC POLICIES, is highly relevant to the doctoral research field, *Human Rights and Development*. The governmental funding is for doctoral stays abroad (the so-called Sandwich Fellowship) and research missions linked to the thematic area.



Over the past twenty-three years, our Graduate Program in Law has been accumulating academic and scientific capital with a strong performance on internationalization. This organic presence of foreign scholars is connected to the program's strong dynamics, to the updating knowledge daily carried out, and to the contribution for the national and international advancement of Legal Sciences, including social and historical aspects of the field. In this ongoing evaluation cycle, from 2017 to 2020, the program encompasses six lines of research at the Master's degree and 3 lines of research at the Ph.D.'s degree, holding a total of nine research subareas or lines. Everyone requires interdisciplinary approaches with dialogic contributions taken from many fields in Humanities, such as Economics, Political Sciences, Sociology, Philosophy, History, Social Sciences, Education, amongst others.

Considering such indices, as above mentioned, we need to evaluate, expand, and strengthen our internationalization project. This international seminar is held in association with the *Graduate Program in Human Rights, Citizenship, and Public Policies* at the Center of Humanities of the UFPB. A thriving community attached to our research groups have taken their role in participation. This community features the work of scholars that have fostered internationalization and critical reflection on this moment but also demonstrates the profound transformation of Legal research in Brazil and worldwide.

O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print.

A seguir, um resumo dos projetos de extensão.



## PROJETOS DE EXTENSÃO

(2017-2020)

### ALESSANDRA FRANCA

**2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## 2019 - Atual

### PROTOS? PROTAGONISMO JUVENIL E A AGENDA INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

Descrição: Consiste extensão universitária renovada com o objetivo de fomentar, por meio de aulas, oficinas, debates e material midiático, o **engajamento dos jovens na discussão de temáticas relativas aos direitos humanos** e na reflexão a respeito da **construção de políticas públicas** que possam **gerar impactos positivos na sociedade**. Pretende-se estimular o protagonismo juvenil, promover o respeito à diversidade e o fortalecimento da democracia. O trabalho possui como público-alvo **discentes secundaristas de instituições públicas paraibanas**, permitindo que os estudantes possam aprofundar seus conhecimentos e desenvolver **seu pensar crítico em temas relevantes dos direitos humanos e dos direitos sociais**, este ano com olhar para os **objetivos de desenvolvimento do milênio**, com foco nas possibilidades de aplicação prática na resolução de problemas imediatos de suas respectivas comunidades, assim como a troca de conhecimento. A parceria já firmada com a **Escola Estadual de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário** assegura a viabilidade do projeto, o qual contará com a participação ativa da equipe pedagógica da instituição na formulação de suas atividades, de modo a se compatibilizar plenamente com o plano de ensino vigente. Os estudantes beneficiados pela iniciativa poderão usufruir de uma **formação complementar**, ampliando sua capacidade crítica e aporte teórico para exercer seu protagonismo em questão de direitos humanos. Em consonância com o objetivo geral do projeto e visando ampliar o público de potenciais interessados pretende-se produzir conteúdo audiovisual exclusivo em plataformas como facebook, instagram e formato youtube, é uma experiência que já foi iniciada neste último ano a qual pretende-se dar prosseguimento..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Coordenador.

## 2018 – 2018

### PROTOS? PROTAGONISMO JUVENIL E A AGENDA INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

Descrição: Consiste em renovação de extensão universitária, com o objetivo de fomentar por meio de aulas, oficinas, debates e material midiático o engajamento dos jovens na discussão de temáticas relativas aos direitos humanos e na reflexão a respeito da construção de políticas públicas que possam gerar impactos positivos na sociedade. Pretende-se estimular o protagonismo juvenil, promover o respeito à diversidade e o fortalecimento da democracia. O trabalho possui como público-alvo discentes secundaristas de instituições públicas paraibanas, permitindo que os estudantes possam aprofundar seus conhecimentos e desenvolver seu pensar crítico em temas relevantes dos



direitos humanos e dos direitos sociais, com foco nas possibilidades de aplicação prática na resolução de problemas imediatos de suas respectivas comunidades, assim como a troca de conhecimento. A parceria já firmada com a Escola Estadual de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário assegura a viabilidade do projeto, o qual contará com a participação ativa da equipe pedagógica da instituição na formulação de suas atividades, de modo a se compatibilizar plenamente com o plano de ensino vigente. Os estudantes beneficiados pela iniciativa poderão usufruir de uma formação complementar, ampliando sua capacidade crítica e aporte teórico para exercer seu protagonismo em questão de direitos humanos. Em consonância com o objetivo geral do projeto e visando ampliar a um maior público de potenciais interessados pretende-se produzir alguns conteúdos audiovisual, em formato youtube, será uma experiência nova do projeto com a pretensão de possibilitar acesso democrático e maior eficácia na disseminação e entendimento do referencial em Direitos Humanos em linguagem contemporânea e antenada..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (16) .

Integrantes: Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Coordenador.

## 2017 – 2017

### PROTOS? EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS O PROTAGONISMO JUVENIL E A AGENDA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Descrição: Alunos do Curso de Direito preparam oficinas e aulas lúdicas sobre temas diversos de direitos humanos baseados no protagonismo de personagens reais ou fictícios para apresentar a alunos secundaristas.  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (16) .

Integrantes: Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Coordenador.

## ANA LIA DE ALMEIDA

### 2019 - Atual

Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru. Assessoria Jurídica, Educação Popular em feminismo, gênero e sexualidade

Descrição: O projeto Assessoria Jurídica e Educação Popular em feminismo, gênero e sexualidade consiste em um dos três projetos que compõem o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Desde 2007, o NEP se pretende à realização de atividades de assessoria jurídica popular e educação popular junto a movimentos sociais e populares e, desde 2013, atua também junto às temáticas de gênero e sexualidade. Com este projeto, intenciona-se acompanhar movimentos de mulheres e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), tais quais o



Fórum de Mulheres da UFPB, a Marcha Mundial de Mulheres, o Movimento do Espírito do Lilás e o Maria Quitéria, Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba. Assim, o núcleo se reunirá periodicamente com os parceiros; participará da construção de agendas e atividades públicas em datas emblemáticas para os movimentos; auxiliará na produção de documentos e dados acerca de violências relativas a gênero e sexualidade; e acompanhará juridicamente conflitos relevantes..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Ana Lia Vanderlei de Almeida - Coordenador / Clara Duarte de Lima - Integrante / JOAO JUNIOR BATISTA MACIEL DE OLIVEIRA - Integrante.

### 2017 – 2017

Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica Popular a trabalhadores em conflito com o agronegócio na Paraíba.

Descrição: O projeto de extensão Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica Popular a trabalhadores em conflito com o agronegócio na Paraíba? consiste em um dos três projetos vinculados ao NEP Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Pretende-se à Assessorar, através do acompanhamento jurídico e da educação popular o Fórum de Combate ao uso Indiscriminado de Agrotóxicos da Paraíba e o Comitê Paraibano de Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos, dos quais participam instituições estatais e organizações de trabalhadores do campo e da cidade, centrando nos conflitos que permeiam a (des)regulamentação do uso dos agrotóxicos e transgênicos na Paraíba e suas consequências para o meio ambiente, territórios e trabalhadores afetados pelo agronegócio..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Ana Lia Vanderlei de Almeida - Coordenador / Júlia Carla Duarte Cavalcante - Integrante / Lara Sêphora Guedes de Lira Pinto - Integrante / PETALA JORDANNA BEZERRA FLOR - Integrante.

### 2017 – 2017

Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica Popular e relações raciais na Paraíba

Descrição: O projeto atua com assessoria jurídica popular no contexto dos movimentos de luta por igualdade racial na Paraíba.

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Ana Lia Vanderlei de Almeida - Coordenador / Maria Luisa Sousa Vidal - Integrante.



**2016 – 2017**

Núcleo de extensão popular flor de mandacaru- Assessoria jurídica popular a trabalhadores em conflito com o agronegócio na Paraíba.

Descrição: Trata-se de grupo de assessoria jurídica popular universitária, voltado ao acompanhamento de demandas ligadas aos movimentos sociais de luta pela terra. Nesse projeto, acompanha-se as movimentações em torno dos conflitos relacionados ao uso de agrotóxicos no estado da Paraíba..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (7)

Integrantes: Ana Lia Vanderlei de Almeida - Coordenador / Ailson Batista da Silva - Integrante / Ana Júlia Varela da Costa - Integrante / Júlia Carla Duarte Cavalcante - Integrante / Lara Séphora Guedes de Lira Pinto - Integrante / Maria Luisa Sousa Vidal - Integrante / Renato Hiroshi Xavier Nagahama - Integrante.

## **ADRIANO GODINHO**

**2013 - Atual**

Perspectivas e Novos Desafios de Humanização do Direito Civil-Constitucional - a tutela da responsabilidade civil

Descrição: A proposta surgiu a partir da criação de um Grupo de Pesquisa intitulado 'Perspectivas e Novos desafios de Humanização do Direito Civil Constitucional', composto por mestres e doutores do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. A idéia é levar ao conhecimento da comunidade os temas e conteúdos pesquisados e monitorar até que ponto essa nova perspectiva de humanização do direito, notadamente do direito civil ocorre na prática. A partir do momento em que problemas sejam identificados, atuar-se-á em busca de soluções concretas a serem apresentadas como conteúdo final da ação. Como o curso de direito da UFPB possui departamentos em João Pessoa e em Santa Rita, as ações serão desenvolvidas nesses dos Municípios. Para tanto, o grupo de pesquisa contará com o apoio do Governo do Estado e do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, cujas propostas de parceria estão em andamento, com sinalização positiva, bem como do Centro e dos Departamentos de origem dos membros da equipe..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Adriano Marteleto Godinho - Integrante / Pedro Pontes de Azevedo - Integrante / Ana Paula Correia de Albuquerque - Integrante / Maria Luiza Alencar Feitosa - Coordenador.



## ANA PAULA BASSO

**2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## **BELINDA CUNHA**

### **2018 - Atual**

Educação Ambiental para o Consumo Sustentável nas Escolas Públicas PB

Descrição: Extensão para educação ambiental e consumo sustentável com aplicação em C&T nas escolas públicas de João Pessoa, PB.

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Coordenador / Alfredo Ribeiro Rangel - Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

### **2014 – Atual**

Jornal A Margem: uma visão de popular dos fatos

Descrição: O projeto de extensão Jornal A Margem: uma visão de popular dos fatos?, que tem como sede o Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, visa proporcionar um espaço de comunicação e organização entre os estudantes de direito e a sociedade civil através da divulgação de conhecimentos sob a ótica dos movimentos sociais e dos sujeitos que trabalham com os Direitos Humanos, grupos que historicamente têm dificuldade de obter e divulgar informações alinhadas com os seus interesses através da mídia tradicional..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Belinda Pereira da Cunha - Coordenador / Eloisa Slongo - Integrante / Breno Marques de Mello - Integrante.

## **EMMANUEL BERGER**

### **2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université



de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede. Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante. Número de orientações: 7

## ENOQUE FEITOSA

### 2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de



2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

## FERNANDO JOAQUIM FERREIRA MAIA

### 2020 – Atual

Direito ambiental, racionalidade e territorialidade

Descrição: Trata-se de um Curso de Extensão sobre as teses de Enrique Leff sobre o direito ambiental..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Rafaela Patricia Inocencio da Silva - Integrante / Marana Sotero de Sousa - Integrante / Alana Ramos - Integrante / Elis Formiga Lucena - Integrante / Claudia Samara Lins da Costa - Integrante / Beatriz Cardoso Alves de Araújo - Integrante.

### 2020 – Atual

A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E A SOCIEDADE CIVIL. 4a edição

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Mayara Helenna Veríssimo de Farias - Integrante / Rafaela Patricia Inocencio da Silva - Integrante / Jailton Macena



de Araújo - Integrante / ALESSA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA - Integrante /  
GUSTAVO BARBOSA DE MESQUITA BATISTA - Integrante / VERONICA  
RODRIGUES DA SILVA - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.

## 2019 – 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## 2019 – 2019

### 3ª RODA DE DIÁLOGOS: A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E A SOCIEDADE CIVIL

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (10) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Ingrid Andrade Ramos - Integrante / Luana Lucena Gomes - Integrante / ALESSA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA - Integrante / VERONICA RODRIGUES DA SILVA - Integrante.

## 2019 – 2019

A pós-graduação em ciências jurídicas e a sociedade civil

Descrição: FINANCIAMENTO INTERNO COM 2 (DUAS) BOLSAS PELO EDITAL PROBEX 2019 (UFPB)..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (10) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Iliana Cordeiro de Macedo Pontes - Integrante / Lucas Lopes Oliveira - Integrante / KLIVIA LARISSA CARDOSO DA COSTA - Integrante / Ingrid Andrade Ramos - Integrante / Luana Lucena Gomes - Integrante / ALESSA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA - Integrante / GUSTAVO BARBOSA DE MESQUITA BATISTA - Integrante / DURVAL LEAL DE ARAUJO FILHO - Integrante / OLIMPIO DE MORAES ROCHA - Integrante / MARIA DAS GRAÇAS DUARTE - Integrante / VERONICA RODRIGUES DA SILVA - Integrante / MARCINA MARIA PESSOA COELHO - Integrante / LARA BRITO LEITE - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.

## 2019 – 2019

O registro de imóveis em Santa Rita

Descrição: Palestra realizada com a Dra. Patricia Mayer Pinheiro Lima Franca (Oficiala do 2º Ofício de Notas e Registro Único de Imóveis de Santa Rita) e os Drs. Anderson Fernando Coutinho da Cunha e Bruno Barsi de Souza Lemos no dia 03 de julho de 2019, das 9h às 11h..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (35) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Patricia Mayer Pinheiro Lima Franca - Integrante / Anderson Fernando Coutinho da Cunha - Integrante / Bruno



Barsi de Souza Lemos - Integrante.

### 2019 – 2019

Participação social, gestão e direito aos recursos naturais energéticos

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1).

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Osmar Caetano Xavier - Integrante.

### 2019 – 2019

Crítica ao direito da segurança alimentar na perspectiva da agricultura familiar

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Doutorado: (1).

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Marana Sotero de Sousa - Integrante.

### 2018 – 2019

FORMAÇÃO DE PLANEJADORES E GESTORES URBANOS: UMA AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

Descrição: FINANCIAMENTO INTERNO (EDITAL No 02/2018 - PROBEX 2018). Projeto premiado em 1º Lugar com o prêmio Elo Cidadão 2018..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Isadora Luisa Ramos Egypto Queiroga - Integrante / Adalgisa Maux Costa - Integrante / Andrea Leandra Porto Sales - Integrante / Demóstenes Moraes - Integrante / Doralice Sátyro Maia - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.  
Número de produções C, T & A: 7 / Número de orientações: 2

### 2018 – 2019

Centro de estudos de conflitos socioambientais de João Pessoa: o caso Gramame

Descrição: FINANCIAMENTO INTERNO (EDITAL PRAC no 03/2018 - UFPB NO SEU MUNICÍPIO).



Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - Integrante / Isadora Luisa Ramos Egypto Queiroga - Integrante / Adalgisa Maux Costa - Integrante / Andrea Leandra Porto Sales - Integrante / Demóstenes Moraes - Integrante / Doralice Sátyro Maia - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal da Paraíba - Bolsa.

### 2018 – 2018

Derrubando muros: formação comunitária em direito à cidade

Descrição: Edital Bext-2018, 93 horas-aula..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - Coordenador.  
Financiador(es): Universidade Federal Rural de Pernambuco - Auxílio financeiro / Universidade Federal Rural de Pernambuco - Bolsa.

### 2018 – 2018

WORKSHOP O DIREITO À CIDADE NA AMÉRICA LATINA?

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2).

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - Integrante / Andrea Leandra Porto Sales - Integrante.

### 2017 – 2018

Educação em Direitos Humanos: promovendo a cidadania em Associações e Cooperativas em Serra Talhada/PE

Descrição: A temática dos Direitos Humanos faz parte do nosso cotidiano e em nosso dia a dia muito se ouve sobre a mesma, muito se fala, pouco se entende e vivencia-se como algo voltado para questões gerais e abrangentes e não diretamente relacionadas à nossa prática. Falar em Direitos Humanos é falar do direito a vida, sua natureza humana e dignidade, que por mais básico que seja, só ao longo do tempo, refletindo as necessidades e lutas de cada época, foi e continua a ser efetivado. Como marco deste processo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclama que todos os seres humanos têm direito à vida, à segurança pessoal e declara que a democracia é o único regime político compatível com os direitos humanos. Nesta perspectiva, a educação em Direitos



Humanos apresenta um grande potencial de manutenção e de transformações da sociedade, em seus diversos momentos e locus. Assim, sendo a Educação em direitos Humanos, fundamental para promover o direito à dignidade humana, possibilitando a vivência de valores como solidariedade e cooperação, resultando em uma vida melhor, justifica-se então este projeto na perspectiva de contribuir também com um desenvolvimento social sustentável para as associações, cooperativas e região. Este projeto tem como objetivo realizar ação de Educação em Direitos Humanos para promoção da cidadania em Associações e Cooperativas de Serra Talhada - PE, possibilitando trazer conceitos básicos de Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento Social Sustentável; Promover a reflexão sobre vivência em Direitos Humanos e possibilitar a exposição de ações em Direitos Humanos..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (15) .

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Roberto Cássio Silva do Nascimento - Coordenador.

## 2016 – 2017

O fórum de direitos humanos e a concretização de políticas públicas em Goiana mediante os mecanismos de participação social

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1).

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Frances Marina Alves da Cunha - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal Rural de Pernambuco - Bolsa.

## 2016 – 2017

OS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GOIANA

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1).

Integrantes: Fernando Joaquim Ferreira Maia - Coordenador / Leandro Alexandre do Monte - Integrante.  
Financiador(es): Universidade Federal Rural de Pernambuco - Auxílio financeiro / Universidade Federal Rural de Pernambuco - Bolsa.



## FREDYS SORTO

### 2020 – Atual

CINECLUBE NO CCJ/UFPB

Descrição: Este projeto de extensão tem por finalidade a criação de um Cine Clube no Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, com o propósito de estimular a cultura cinematográfica na universidade, na comunidade e nas escolas vizinhas através da exibição de filmes seguidos de debate público. Além disso, pretende incentivar o encontro da comunidade do CCJ, entre si e com a sociedade, para fortalecer os laços coletivos que contribuem para a saúde mental e o bem-estar psicológico e físico de seus participantes..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (14)

Integrantes: Fredys Orlando Sorto - Coordenador / Renata Ribeiro Rolim - Integrante.

### 2014 – Atual

Assessoria jurídica e educação popular em gênero, feminismo e sexualidade

Descrição: O projeto faz parte do Núcleo de Extensão Popular (NEP) - Flor de Mandacaru do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O NEP é coletivo extensionista que atua nas perspectivas da Assessoria Jurídica Popular e da educação popular, tendo por princípio a construção da extensão universitária ligada à concepção crítica no curso de direito e comprometida com as lutas sociais..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Doutorado: (2)

Integrantes: Fredys Orlando Sorto - Coordenador / Renata Ribeiro Rolim - Integrante / Roberto Efrem Filho - Integrante / Ana Lia Wanderlei de Almeida - Integrante.

### 2013 – Atual

Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB: - Direitos Humanos: Educação jurídica popular no Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho

Descrição: O Centro de Referência em Direitos Humanos baseia-se numa arejada compreensão dos tradicionais Balcões de Direito, pretendendo contribuir com a democratização do acesso à justiça de modo a agregar trabalhos de mediação de conflitos, assessoria jurídica popular e apoio psicossocial. A assessoria jurídica popular abrange, dentre outras, ações de educação jurídica popular, a qual constitui o eixo central deste projeto de extensão, caracterizado pela formação em cidadania e direitos humanos das pessoas internadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, bem como dos seus familiares e profissionais envolvidos no cuidado dessas pessoas, para o efetivo acesso aos



direitos humanos. A educação jurídica popular possibilita a socialização e o desencastelamento do saber jurídico e, a partir dos marcos metodológicos da educação popular, auxilia as pessoas em sofrimento mental a assumirem o protagonismo na construção de seus próprios direitos, pois favorece a vocalização desses sujeitos e, conseqüentemente, o seu empoderamento para a mudança da realidade em que vivem. O projeto apresenta, ainda, uma segunda linha de atuação voltada para a articulação e o fortalecimento dos mecanismos de acesso a direitos desse grupo social, como Ouvidorias e órgãos dos sistemas de Saúde e de Justiça. Assim, pretende-se contribuir para os debates no campo da garantia dos direitos das pessoas em sofrimento mental, da conquista de novos direitos e da ampliação da cidadania desse grupo social, com destaque para as pessoas internadas em manicômios. Situação: Em andamento; Natureza: Extensão. Alunos envolvidos: Graduação: (18) .. Situação: Em andamento; Natureza: Extensão. Alunos envolvidos: Graduação: (14) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Fredys Orlando Sorto - Coordenador / Ludmila Cerqueira Correia - Integrante / Eduardo Fernandes de Araújo - Integrante / Juliana Toledo Araujo Rocha - Integrante / Nelson Gomes de Santana e Silva Junior - Integrante / Tatyane Guimarães Oliveira - Integrante.

## GUSTAVO BATISTA

2019 – 2019

2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição: Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações



envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

## 2018 – 2018

Direitos Humanos e Justiça: assessoria técnico jurídica e de pesquisas aos órgãos de proteção aos Direitos Humanos

Descrição: Projeto que objetivou o apoio e a assistência técnica e material aos órgãos estaduais envolvidos com a proteção dos Direitos Humanos, em especial, o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (15) / Mestrado acadêmico: (3) .

Integrantes: Gustavo Barbosa de Mesquita Batista - Coordenador / Adriana Dias Vieira - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Duciran Van Marsen Farena - Integrante.

## 2017 – 2017

Assessoria Técnico-Jurídica e de Pesquisas Quantitativo-Qualitativas para o Fortalecimento da Política Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e ao Tratamento Cruel e Desumano

Descrição: Projeto de Extensão voltado para prestar assessoria aos órgãos de proteção e defesa dos Direitos Humanos no Estado da Paraíba, em especial, o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Entre as demandas desta assessoria, apresentam-se pesquisas destinadas a formar dados para a



atuação dos órgãos e propositura de políticas públicas de proteção aos Direitos Humanos.  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (25)

Integrantes: Gustavo Barbosa de Mesquita Batista - Coordenador / Adriana Dias Vieira - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante.

## JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO

**2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10)

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## JAILTON MACENA

### 2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

### 2019 – Atual



CATRACA CENTRO DE ASSISTÊNCIA TRANSDISCIPLINAR DE COMBATE À  
ALIENAÇÃO PARENTAL

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Integrante / Fábio Bezerra dos Santos -  
Coordenador.

**2019 – Atual**

A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E A SOCIEDADE CIVIL

Descrição: O objeto do projeto é a relação entre os projetos de dissertação e de tese do Programa de Ciências Jurídicas (PPGCJ) da UFPB e o público-alvo da sociedade civil diretamente atingido por esses projetos. Objetiva-se capacitar e facilitar o empoderamento do público-alvo atingido sobre a problematização, os objetivos e as hipóteses dos projetos de dissertação e de tese do Programa de Ciências Jurídicas (PPGCJ) da UFPB. Parte-se da ideia de que o diálogo e a troca de experiência entre mestrands e doutorandos em direito com o público-alvo dos seus projetos (escola, empresários, movimento de mulheres, homossexuais e transgêneros, movimento de atingidos por barragens, camponeses, trabalhadores da cidade, entidades de defesa do consumidor, entidades não governamentais, sindicatos e associações profissionais) é fundamental para ampliar as formas de participação da sociedade civil na vida coletiva através de um repasse de conhecimentos técnicos. Propõe-se uma interação entre professores, alunos e militantes de entidades gerais e de movimentos sociais e demais atores sociais atingidos pelos projetos..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia -  
Coordenador.

**2018 – 2019**

PANIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES  
USUÁRIAS DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA -  
PB

Descrição: A transferência de tecnologia pode ser utilizada como ferramenta para dinamizar a economia local de pessoas em estado de vulnerabilidade social. A partir do momento em que os atores se tornam capazes de desempenhar uma atividade econômica e de gerar renda, aumenta a chance de garantir acesso à alimentação de forma segura. A partir das atividades de extensão universitária busca-se reduzir o distanciamento existente entre os conhecimentos discutidos na academia por professores e alunos e a aplicação dessas informações para tentar solucionar problemas reais da sociedade. Dessa forma, o desenvolvimento do projeto busca não só capacitar mulheres usuárias de cozinhas comunitárias em desenvolver produtos de panificação, mas principalmente fornecer, através do conhecimento adquirido na Universidade, ferramentas para que elas construam



conhecimento e se envolvam em atividades profissionais que lhes permitam produzir e comercializar esses produtos para complementação de renda, além de paralelamente contribuir com a formação profissional e moral dos discentes envolvidos. O trabalho será desenvolvido com mulheres usuárias das cozinhas comunitárias da cidade de João Pessoa e as oficinas serão desenvolvidas no Centro de Referência na Inclusão Social e Produtiva Maria de Nazaré (CRISPMAN) da cidade de João Pessoa. Serão desenvolvidas dez oficinas que envolvem conhecimento básico de boas práticas de fabricação além de técnicas de produção de pães salgados, doces, recheados e integrais além de bolos e biscoitos e boas práticas de fabricação. A partir do desenvolvimento dessa proposta espera-se a continuação do trabalho com o grupo formado desde 2018 que possa além de executar os objetivos propostos, estimular as usuárias à reproduzirem os conhecimentos adquiridos e assim gerarem renda e modificarem de alguma maneira sua forma de vida..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Integrante / Estefânia Fernandes Garcia - Coordenador.

## 2016 – 2017

I Seminário História, Direito e Política: Processos Judiciais e Pluralidade Interpretativa

Descrição: O ativismo social da democracia encontrou no Direito um campo fértil de desenvolvimento, onde muitas vezes se encontram o ativismo judicial e o ativismo político-militante. Recentemente, o PPGCJ aprovou uma nova linha de pesquisa, "Teoria e História do Direito", no curso de doutorado e modificou sua primeira linha de Direito Econômico para defini-la como "História do Direito, Constitucionalismo e Desenvolvimento Econômico?". Portanto, vem a calhar esta proposta com o investimento mais consistente do PPGCJ/UFPB na reflexão historiográfica, alinhando-se aos diversos especialistas da história do direito e da justiça no Brasil..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (5)

Integrantes: Jailton Macena de Araujo - Integrante / José Ernesto Pimentel Filho - Coordenador.

## JOSÉ ERNESTO PIMENTEL FILHO

### 2019 – 2019

### 2019 - 2019



Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede. Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante. Número de orientações: 7

**LORENA FREITAS**



2019 – 2019

2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## LEONAM BAESSO

2019 – 2019

2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## LUCIANO MAIA

2019 – 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7



## LUCIANO DO NASCIMENTO

**2019 – 2019**

**2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante /



Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

### 2014 – Atual

Pedagogia em Língua Estrangeira e Literatura - educação, direitos humanos e interculturalidade na TALITA

Descrição: A Constituição do Estado prescreve que "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". E de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90, deve-se interpretar que é dever de todos zelar pela qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. A cada dia aumenta mais os casos de violência contra crianças e adolescentes, casos assombrosos que podem anular a vida de muitas delas. Com a proposta de amenizar o sofrimento dessas vítimas, foi criada a Comunidade TALITA, na cidade de Guarabira PB, que atende a várias crianças e adolescentes (meninas de até 18 anos) do Estado. Fundada pelo padre italiano Luis Pescarmona há mais de dez anos, essa comunidade possibilita uma nova chance na vida das mesmas. Lá encontram um ambiente propício ao seu desenvolvimento físico, emocional e psíquico. Devido essa realidade nos propomos a também dar o nosso apoio na educação dessas meninas, com uma proposta didática de oferecer-lhes o ensino de uma nova língua, para que possa servir de incentivo em seu desenvolvimento educacional. Trata-se do ensino de língua espanhola e literatura, com o propósito de criar novas perspectivas na vida das moradoras da Comunidade TALITA, possibilitando o acesso a essa disciplina comumente não ofertada nas séries do ensino fundamental..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Luciano do Nascimento Silva - Coordenador / Rita Mércia Feliciano da Silva - Integrante / Ana Raquel Barros - Integrante.

### 2012 – Atual

Programa Afirmativo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos

Descrição: A iniciativa em caráter de extensão envolve a temática contemporânea dos direitos humanos, busca ofertar um contributo científico, social e prático na busca pela efetividade dos direitos humanos. O projeto tem na sua origem o escopo de atividade de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos, visa constituir um espaço de formação educacional, promoção humana e aprimoramento da articulação entre a comunidade acadêmica do CH e CRDHA da UEPB junto a população do Conjunto Mutirão, cidade de Guarabira, Estado da Paraíba. Por um lado, o projeto objetiva a implementação do ensino dos direitos humanos no programa permanente do Curso de Direito do CH/UEPB (PPC - Plano Pedagógico de Curso), com a metodologia da transdisciplinaridade e transversalidade nas atividades acadêmicas, assim como a instauração de um



"Observatório dos Direitos Humanos", que deverá funcionar em conjunto com o "Escritório Modelo de Assistência Judiciária" no espaço interno do Curso de Direito do CH/UEPB. Por outro, o projeto apresenta proposta de atividade que informa a criação de um Centro de Promoção em Direitos Humanos que será denominado de "Ilha Mutirão da Cidadania", a ser constituído no espaço civil, comunitário e social do Conjunto Mutirão, cidade de Guarabira, Estado da Paraíba, Brasil..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (4) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciano do Nascimento Silva - Coordenador / Sarah Fernandes Lemos - Integrante / Carlos Kessle Ferreira Brilhante - Integrante / Allan Jones Andreza Silva - Integrante.

## MARIA CREUSA BORGES

**2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria



Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

## MARCILIO FRANCA

### 2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano



Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

## MARIA LUIZA ALENCAR

**2019 - 2019**

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .



Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

## 2014 – 2018

Atividade Mineraria na Paraíba: a batalha intransparente da Turmalina Paraíba. Estudo de caso.

Descrição: O Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, por intermédio do seu Programa de Pós-Graduação, mestrado em Direitos Humanos, conveniou-se a outras universidades, entre brasileiras e latino-americanas, formando o CONSÓRCIO LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. Criado em 2008, por iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, com apoio financeiro da Fundação Ford, o Consórcio se deu na sequência e como desdobramento da Rede Latino-Americana de Direitos Humanos, formada pelos Programas de Pós-Graduação em DH que ganharam a convocatória para mestrados da Fundação Ford (UFPA, UFPB e USP), ambos formatados no propósito de promover a cooperação científica no campo do ensino e da pesquisa em direitos humanos. As Instituições que iniciaram o Consórcio são: Pontificia Universidad Católica del Perú, Universidad Austral de Chile, Universidad de Buenos Aires, Universidad Diego Portales (Chile), Universidad Externado de Colombia, Universidad Iberoamericana (México), Universidad Nacional de La Plata (Argentina), Universidad Nacional de Lanús (Argentina), Universidade de Brasília, Universidade de Fortaleza (Brasil), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil), Universidade Federal da Paraíba (Brasil) e Universidade Federal do Pará (Brasil), que responde pela Secretaria do Consórcio. Até o momento, foram realizados cerca de doze grandes seminários (Lima, Belém, São Paulo, Brasília, Santiago, Bogotá, Assunção, Quito, Fortaleza, Porto Alegre, entre outros), tendo a UFPB, por intermédio do CCJ, sediado os eventos internacionais de 2010 e 2014. O Consórcio agregou outras Instituições, desde então, e hoje edita a revista eletrônica Hendu ? Revista Latinoamericana de Derechos Humanos, publicada em português e espanhol. Um importante desdobramento do Consórcio Latino-Americano de DH foi a aprovação, em reunião ocorrida no mês de dezembro de 2014, na cidade Assunção, Paraguai, de um projeto de investigação, com novo financiamento da parte da Fundação Ford, que elegeu como tema a relação entre Direitos Humanos e Empresas transnacionais. Foi abonado o Plano de Pesquisa intitulado POLÍTICAS DE REGULACIÓN DE LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES POR VIOLACIONES A



LOS DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA, cuja configuração final ocorreu na reunião ocorrida na PUC- Lima, Peru, em abril de 2016. Esse projeto demanda, para sua realização, a colaboração interna das Instituições conveniadas, nos campos da Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. A ação foi estruturada em quatro etapas: (i) Diagnósticos Nacionais (até novembro de 2016); (ii) Análise da violação de direitos humanos na cadeia produtiva de mineração, incluindo o caso dos hidrocarbonetos, como petróleo e gás, ações de prevenção e de reparação (até agosto de 2017); (iii) Propostas de Regulação; (iv) Divulgação dos Resultados. Encontra-se, neste momento, desenvolvendo projetos periféricos para cumprir as etapas 2 e 3, cabendo a cada Instituição vinculada a elaboração de um plano de pesquisa empírica que diga respeito à sua realidade..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Coordenador / Talden Queiroz Farias - Integrante / Pedro Henrique Sousa de Ataíde - Integrante / Adriana de Medeiros Gabinio - Integrante / Ylana Zálife de Farias Lira - Integrante / Antônio Alves de Vasconcelos Filho - Integrante / 5. José Irivaldo Alves Oliveira Silva - Integrante.

## ROBSON ANTÃO

### 2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as



cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.  
Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante / Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7

## 2018 – 2019

### ASSESSORIA JURÍDICA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UM ESPAÇO DE CIDADANIA

Descrição: Objetiva-se desenvolver atividades de orientação acerca dos direitos e deveres das pessoas com deficiência..  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / Eduardo Estrela Gomes - Integrante / Romeu Tavares Bandeira - Integrante.

## 2018 – 2018

### AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE À PESSOA IDOSA- ano 2

Descrição: Essa proposta extensionista pretende desenvolver ações voltadas à prevenção e promoção da saúde da pessoa idosa junto ao Instituto Paraibano de Envelhecimento da IPE-UFPB, realizando acompanhamento por meio de ações socioeducativas e culturais, como contribuições à preparação para o envelhecimento ativo. Neste sentido, espera-se contribuir no empoderamento da pessoa idosa, instrumentalizando-o com conhecimentos e vivências preparatórias para desenvolvimento de capacidades e habilidades de elaboração de práticas educativas e de promoção da saúde, promovendo qualidade de vida. Para tanto buscar-se-á divulgar conhecimentos atuais acerca do envelhecimento, preparando esse setor da população para lidar com seus próprios limites e possibilidades, despertando-os para atitudes que asseguram autonomia, liberdade e bem-estar..



Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Integrante / Ana Karênina de Freitas Jordão do Amaral - Coordenador.

### 2017 – 2017

#### AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE À PESSOA IDOSA

Descrição: Essa proposta extensionista pretende desenvolver ações voltadas à prevenção e promoção da saúde da pessoa idosa junto ao Instituto Paraibano de Envelhecimento da IPE-UFPB, realizando acompanhamento por meio de ações socioeducativas e culturais, como contribuições à preparação para o envelhecimento ativo. Neste sentido, espera-se contribuir no empoderamento da pessoa idosa, instrumentalizando-o com conhecimentos e vivências preparatórias para desenvolvimento de capacidades e habilidades de elaboração de práticas educativas e de promoção da saúde, promovendo qualidade de vida. Para tanto buscar-se-á divulgar conhecimentos atuais acerca do envelhecimento, preparando esse setor da população para lidar com seus próprios limites e possibilidades, despertando-os para atitudes que asseguram autonomia, liberdade e bem-estar..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Integrante / Ana Karênina de Freitas Jordão do Amaral - Coordenador.

### 2017 – 2017

#### Mediação e Conciliação: Em Busca de Uma Cultura de Paz

Descrição: Projeto de extensão desenvolvido em parceria com a Defensoria Pública da Paraíba, que visa oferecer a possibilidade de mediação / conciliação extrajudicial aos cidadãos que procuram o órgão na busca pela efetivação de direitos..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Integrante / RAQUEL MORAES DE LIMA - Coordenador.

### 2016 – 2017

#### ASSESSORIA JURÍDICA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UM ESPAÇO DE CIDADANIA

Descrição: Objetiva-se desenvolver atividades de orientação acerca dos direitos e deveres das pessoas com deficiência..



Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Robson Antão de Medeiros - Coordenador / Bruna Renata Cabral de Andrade  
- Integrante / José Flaviano Soares Cordeiro - Integrante.

## TALDEN FARIAS

### 2019 - 2019

Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição:  
Perspectiva Brasil-França

Descrição: Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de universidades francesas, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste, do programa de internacionalização CAPES, Print. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, França; Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, Université Grenoble Alpes, França; dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas, período de 2017 a 2019, em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros no programa e as colaborações em rede.

Situação: Concluído. Natureza: Extensão como resultado de pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Mestrado acadêmico: (30) / Doutorado: (10) .

Integrantes: Maria Creusa de Araújo Borges - Coordenador / Lorena Freitas - Integrante / Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita - Integrante / FEITOSA, Enoque - Integrante / Filho, José Ernesto Pimentel - Integrante / Maria Zélia de Santana - Integrante / Luciano Mariz Maia - Integrante / Fernando Joaquim Ferreira Maia - Integrante / Jailton Macena de Araújo - Integrante / Leonam Baesso da Silva Liziero - Integrante / Robson Antão de Medeiros - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Aida Maria Monteiro Silva - Integrante / Marcílio Toscano Franca Filho - Integrante / João Batista Moreira Pinto - Integrante / Talden Farias - Integrante / Ana Paula Basso - Integrante / Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa - Integrante / Luciano do Nascimento Silva - Integrante / Maria de Nazaré T. Zenaide - Integrante / Cédric Roulhac - Integrante /



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS**  
**JURÍDICAS**



Emmanuel Berger - Integrante / Eloise Dumas - Integrante / Martial Mathieu - Integrante.  
Número de orientações: 7